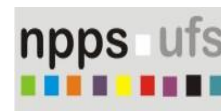




Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa



Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social
Mestrado em Psicologia Social

CAMILLA LIMA DE ARAUJO

RACISMO E HUMOR: O IMPACTO DE PIADAS NAS EXPRESSÕES DE RACISMO

São Cristóvão – Sergipe
2016

CAMILLA LIMA DE ARAUJO

**RACISMO E HUMOR: O IMPACTO DE PIADAS NAS
EXPRESSÕES DE RACISMO**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social.

Orientador: Marcus Eugênio Oliveira Lima

São Cristóvão – Sergipe
2016

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da Discente Camilla Lima de Araujo, intitulada **Racismo e humor: O impacto de piadas nas expressões de racismo**, defendida e aprovada em 30 de maio de 2016, pela Banca Examinadora constituída pelos Professores Doutores:

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
(orientador)

Prof^a. Dr^a Dalila de França Xavier
(Membro interno – Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. André Maurício Conceição de Souza
(Membro Externo ao Programa – Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira
(Membro Externo – Universidade Federal da Bahia)

AGRADECIMENTOS

No momento em que finalizo mais um ciclo, não poderia deixar de agradecer àqueles que tive a sorte de encontrar nas esquinas dessa caminhada pela vida acadêmica.

À Deus, força sem a qual não teria chegado até aqui.

Aos meus pais, Augusto e Francisca, e irmãos por todo apoio, afeto e torcida constante.

À Philippe pelos meus melhores sorrisos e por ser parte na construção deste trabalho.

Ao prof. Marcus Eugênio por colaborar em todo o meu desenvolvimento acadêmico, desde os tempos de PIBIC.

À professora Dalila Xavier, por mais uma vez ter aceitado avaliar este trabalho e pelas contribuições já oferecidas; e, ao professor Marcos Emanuel por aceitar fazer parte desta banca.

À professora Patrícia Silva pela oportunidade de Estágio em Docência na Graduação e pelas experiências compartilhadas.

Ao grupo de pesquisa NSEPR por todas as considerações e colaborações, especialmente Michelle, Sara e Edryene.

Aos amigos que me auxiliaram nas coletas de dados: Danielle, Marina, Rodrigo e Verônica

Aos professores André Faro, Elder Cerqueira e Joilson Pereira por terem me proporcionado uma enorme experiência acadêmica, e de vida, no PPG/PSICO da UFRGS.

À Fapitec por ter financiado a mobilidade acadêmica.

Ao Cep-Rua pelos momentos de troca e novos aprendizados, especialmente a professora Silvia Koller por toda atenção e acolhida e a Angelo Brandelli pela parceria estabelecida.

Aos amigos que a UFRGS e Porto Alegre me proporcionaram, e que deram mais leveza na minha estadia em Portinho: Diogo, Clarissa, Milady, Anderson, Vinícius, Lucas, Felipe Chaves, Patrícia, Igor e Mariana.

Aos amigos da linha dois que compartilharam comigo os desafios acadêmicos impostos ao longo desses dois anos.

Àqueles que dividiram as dores e delícias de estar longe de casa: Ariane, Luiza e Bruno.

Aos que assistiram as minhas primeiras investidas como professora, aos que me aconselharam calma, aos que me instigaram pressa e àqueles que me fazem não querer parar.

Você ri da minha roupa

Você ri do meu cabelo

Você ri da minha pele

Você ri do meu sorriso...

(Olhos coloridos, Durval Ferreira)

RESUMO

No Brasil, o racismo é frequentemente negado e confundido com formas de discriminação de classes sociais, peculiaridades que foram impressas em nossas relações no período escravocrata. O brasileiro, com a sua tendência de ser informal e cordial em suas relações, faz surgir no país uma forma específica de expressão do racismo em que o riso muitas vezes é utilizado como mediador ou catalisador nas suas manifestações. Posto isto, o presente estudo objetiva investigar o impacto do humor nas expressões de racismo no contexto brasileiro. No estudo 1, investigamos o efeito do humor nas expressões de racismo por meio um instrumento que investiga racismo implícito, sendo este *The Police Officer's Dilema* (Correll, Park, Judd & Winttenbrink, 2002). No estudo 2, investigamos o impacto do humor nos processos controlados de resposta por meio da Escala de Racismo Moderno desenvolvida por McConahay, Hardee e Batss (1981) e adaptada para o Brasil por Santos, Gouveia, Navas, Pimente e Gusmão (2006). Os resultados do estudo 1 não apresentaram efeito do humor, sobretudo do humor racista, no racismo implícito dos participantes. No entanto, os resultados indicaram uma influência da cor da pele do suspeito sobre a decisão de atirar do participante, tanto na velocidade quanto na precisão. Os resultados do estudo 2 não apresentaram o impacto do humor nas expressões de racismo explícito. Os participantes apresentaram níveis de expressões próximos, sendo estas abaixo do ponto médio da escala que indica ausência de racismo explícito. Acreditamos que a apresentação do instrumento aos participantes num momento posterior ao *priming* normativo (as piadas) não possibilitou uma apreensão efetiva do intervalo cognitivo de duração da suspensão da norma antirracista.

Palavras-chaves: racismo; humor; piadas; Brasil.

ABSTRACT

In Brazil, racism is often denied and confused with forms of discrimination of social classes, peculiarities that were printed in our relations in the slave period. The Brazilians, with their tendency to be informal and friendly in their relations, brings up to the country a particular form of expression of racism where laughter is often used as a mediator or catalyst in their manifestations. Having said that, this study aims to investigate the impact of humour in expressions of racism in brazilian context. In Study 1, it was investigated the effect of humour on expressions of racism through na instrument that investigates implicit racism, which is *The Police Officer's Dilemma* (Correll, Park, Judd & Winttenbrink, 2002). In study 2, it was investigated the impact of humour in controlled processes of response through the Modern Racism Scale developed by McConahay, Hardee and Batss (1981) and adapted to Brazil by Santos, Gouveia, Navas, Pimente and Gusmão (2006). The results of study 1 showed no effect of humour, especially the racist humour, the implicit racism of the participants. However, the results indicated an influence of the suspec's skin color on the decision to shoot the participant in both the speed and the accuracy. The results of the study 2 did not show the impact of humour in the expressions of the explicit racism. The participants had near levels of expressions, which are below the average/medium point of the scale that indicates no explicit racism. We believe that the presentation of the instrument to participants at a later time to the normative priming the jokes did not allow an effective seizure of cognitive interval duration of the suspension of the anti- racist norm.

Keywords: racism; humour; racist jokes; Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - NORMAS SOCIAIS E RACISMO.....	18
1.1. Normas sociais e as expressões de racismo.....	18
1.2. A norma antirracista e os novos racismos.....	22
1.3. De escravizado a negro: racismo e antirracismo no Brasil.....	24
1.4. Medidas implícitas no estudo do preconceito: automatismo e controle.....	35
CAPÍTULO II - RACISMO E HUMOR.....	46
2.1. Quem ri por último ri melhor? O riso como construção sociocultural.....	47
2.2. "É só uma piada": a liberdade de expressão e o humor como norma social.....	48
2.3. "Humor negro": a piada como expressão de preconceito e deslegitimação do outro.....	54
CAPÍTULO III - O IMPACTO DE PIADAS NAS EXPRESSÕES DE RACISMO	
IMPLÍCITO: ESTUDO I.....	61
3.1. Objetivos.....	61
3.2. Hipóteses.....	61
3.3. Método.....	62
3.3.1. Participantes.....	62
3.3.2. Instrumentos e procedimentos.....	63
3.3.3. Desenho.....	68
3.3.4. Material.....	68
3.3.5. Pré-teste para a seleção das piadas.....	68
3.3.6. Pré-teste dos vídeos.....	74

3.4. Análise dos dados.....	77
3.5. Resultados.....	78
3.5.1. Preparação da base de dados.....	79
3.5.2. Análise dos dados: respostas de atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados.....	79
3.5.3. Análise dos dados: respostas de atirar em alvos desarmados e não atirar em alvos armados.....	82
3.6. Discussão.....	86
CAPÍTULO IV - O IMPACTO DE PIADAS NAS EXPRESSÕES DE RACISMO	
EXPLÍCITO: ESTUDO II.....	92
4.1. Objetivos.....	92
4.2. Hipóteses.....	92
4.3. Método.....	93
4.3.1. Participantes.....	93
4.3.2. Instrumento.....	94
4.3.3. Procedimentos.....	95
4.3.4. Desenho.....	95
4.3.5. Material.....	96
4.4. Resultados.....	96
4.5. Discussão.....	98
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Pré-teste seleção piadas não racistas.....	72
Tabela 2: Pré-teste seleção piadas racistas.....	74
Tabela 3: Pré-teste dos vídeos de atores contando piadas.....	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Imagem dos alvos apresentados no jogo <i>The Police Officer's Dilema</i>	65
Figura 2. Diagrama do procedimento experimental.....	67
Figura 3. Tempos (em milésimos de segundo) para as tomadas de decisão em atirar na pessoa armada ou em não atirar na pessoa desarmada em função da cor da pele do alvo.....	81
Figura 4. Tempos (em milésimos de segundo) para as tomadas de decisão em atirar na pessoa desarmada ou em não atirar na pessoa armada em função da cor da pele do alvo...	83
Figura 5. Média e Desvio Padrão das médias de latências de tempo em cada condição experimental.....	85
Figura 6. Média e Desvios Padrão dos escores totais para a Escala de Racismo Moderno em cada condição experimental.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição dos participantes em função das condições experimentais.....	68
Quadro 2: Seleção de piadas não racistas.....	70
Quadro 3: Seleção piadas racistas.....	73
Quadro 4: Distribuição dos participantes em função das condições experimentais.....	96

INTRODUÇÃO

Certa feita, ainda quando pensava o método desta pesquisa, um ator negro em entrevista para a gravação dos vídeos de piadas indagou-me “Sabe aquela piada branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão?”. E prosseguiu a sua fala contando que um determinado dia estava indo para casa da sua namorada, que mora em um bairro vizinho ao seu, caminhando, pois evita ficar esperando o ônibus na parada por conta da violência da cidade. Após caminhar alguns metros, avistou o “seu” ônibus na via e, na tentativa de conseguir embarcar, correu até a parada seguinte. No entanto, neste exato momento, uma viatura da polícia militar estava passando pelo local e realizou-lhe uma abordagem rápida e abrupta. Ainda na abordagem, após não encontrarem material suspeito e terem visto a carteira de estudante do rapaz, os policiais o questionaram a respeito do motivo que lhe havia feito correr, quando o mesmo apontou para o ônibus que pretendia embarcar. Após relatar o ocorrido, indagou-me novamente “Sabe aquela piada?” e concluiu em seguida, “O problema é que não é só uma piada.”

Poderíamos listar muitos outros episódios, mostrando que os fatos narrados não se tratam de eventos pontuais, mas, de uma realidade, embora negada por parte da população brasileira: somos racistas.

Contudo, a temática não é de simples abordagem. O racismo é um assunto indesejado, um discurso evitado, que os indivíduos geralmente atribuem ao outro (Guimarães, 1999; Lima, 2011), mas que imprime sua marca, seja ela de forma explícita ou sutil, em variados espaços sociais.

No Brasil, o racismo é frequentemente negado e confundido com formas de discriminação de classes sociais, peculiaridades que foram impressas em nossas relações no período escravocrata. O brasileiro, com a sua tendência de ser informal e cordial em

suas relações, colocando o privado acima do coletivo (Holanda, 1936), faz surgir no país uma forma específica de expressão do racismo, em que o riso é muitas vezes utilizado como mediador ou catalisador nas suas manifestações.

A piada, o riso, o modo ambíguo utilizado para expressar o racismo contra o negro no Brasil remetem a uma lógica própria. Não estamos lidando com indivíduos que adotam uma atitude encobridora do racismo em consequência ao temor a lei. Referimo-nos àqueles que se percebem como “democratas raciais” e procuram adotar uma postura “politicamente correta” por considerá-la moralmente certa (Dahia, 2010).

Por meio do riso, o brasileiro encontra uma via intermediária, entre a norma social antirracista e sua auto-representação como não racista, para extravasar o seu racismo latente, contornando a censura e a reflexão crítica sobre o seu conteúdo. Trata-se, assim, de um racismo “sem intenção”, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos.

Parece ser prática cotidiana do brasileiro o trânsito por espaços que se configurem por meio do riso. Lugares de prazeres, espaços estes em que a liberdade de expressão e o humor sem limites emergem como normas sociais, o riso parece ser a via intermediária utilizada para a expressão de mensagens racistas disfarçadas e tom de brincadeira. Essa prática cotidiana parece ter sido historicamente adotada pelo brasileiro frente ao dilema das relações raciais aqui existentes.

A expressão do racismo por meio de piadas e ditos populares refere-se ao efeito simbólico socialmente reconhecido a partir de um conjunto prévio de compreensões compartilhadas. Entretanto, por serem questões consideradas delicadas, não gozam de um status de permissividade social em outro meio que não o permeado pelo riso. Não por acaso, o humor parece ser sempre o reduto final de sobrevivência dos discursos

preconceituosos, quando eles não encontram mais legitimidade social para se manifestar de outra forma (Miguel, 2013).

Diversas abordagens apontam que a discriminação manifesta está sendo substituída por formas mais sutis ou veladas em virtude da norma social antirracista vigente (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz, Wackenhut & Hass, 1986; McConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995). Entretanto, no contexto cultural brasileiro, observamos a expressão flagrante de discursos racistas, no qual o humor aparece como território seguro para tais manifestações.

Diante desse contexto, algumas questões emergem: somente é reconhecido como prática racista o ato “sério”, aberto e declarado? Existirão meios refinados, igualmente dolosos e eficazes, de praticar-se o racismo? Poderão esses discursos racistas permeados pelo riso impactar em práticas sociais? E, sobretudo, quais são as práticas e contextos que fazem fundo a esses discursos? São algumas das questões que nortearam este trabalho.

O cenário das teorias e pesquisas de expressões de racismo aponta para a necessidade de aprofundar e ampliar o debate e a reflexão sobre o racismo à brasileira e a sua expressão jocosa. O racismo possui um longo histórico de associação entre pessoas negras e atributos negativos e que hoje se manifesta de uma maneira velada em espaços sociais onde a norma antirracista se faz presente. No entanto, quando a liberdade de expressão emerge como norma social, o humor parece atuar como via frequente para a expressão flagrante de conteúdos racistas, com consequências danosas que permeiam âmbitos individuais e institucionais.

Assim, temos como objetivo geral analisar o impacto do humor nas expressões de racismo no contexto brasileiro. Para tanto, o trabalho está estruturado em cinco capítulos que abordam a temática a partir dos desenvolvimentos teóricos na área, além de estudos empíricos que realizamos.

No capítulo 1, analisamos o papel das normas sociais no racismo, bem como o surgimento de uma norma social antirracista e os novos racismos, para em seguida apresentarmos o racismo no Brasil. Por fim, tratamos das medidas implícitas nos estudos de preconceito e racismo.

No capítulo 2, analisamos o humor como uma construção sociocultural. Em seguida tratamos a respeito de como as normas sociais podem atuar na forma como expressamos e legitimamos os discursos de humor. Finalmente, falamos da piada como mecanismo de expressão de preconceito e deslegitimação do outro no atual contexto pós-racial, que emerge violando a norma antirracista.

Nos capítulos 3 e 4, apresentamos os dois estudos que realizamos visando investigar o impacto do humor no racismo. O primeiro deles analisa o impacto do humor no racismo implícito por meio de um instrumento que avalia atitudes implícitas, enquanto que o segundo analisa o impacto do humor no racismo explícito a partir de uma escala. Por fim, no capítulo 5, apresentamos às considerações finais.

CAPÍTULO I

NORMAS SOCIAIS E RACISMO

Normas sociais podem ser compreendidas como elementos que definem um padrão de comportamento apropriado para membros de um determinado grupo (Sherif, 1965). São expectativas sociais que atuam como preditores de comportamentos adequados. O seu estudo remete ao impacto que as interações sociais podem exercer sobre as nossas escolhas e convicções pessoais, sendo então um importante conceito na articulação de processos psicológicos e fenômenos sociais.

Recentemente estudos sobre normas sociais têm sido utilizados para analisar os “novos racismos” (ver Lima & Vala, 2002). Desde o final da 2ª Guerra Mundial, tem-se desenvolvido uma norma social anti-preconceito, posto que as atitudes preconceituosas venham sofrendo sanções morais e legais, e, conseqüentemente, suas expressões passaram a ser publicamente condenadas. Diante disto, o racismo contra os negros passou a ser expresso de maneira sutil, sendo as manifestações flagrantes quase inexistentes (Vala, Brito & Lopes, 1999).

O nosso interesse nesse capítulo foi entender como as normas sociais que proíbem a expressão do preconceito e do racismo atuam sobre as suas manifestações a partir do modelo teórico proposto por Dovidio (2001). Posto isto, no presente capítulo analisaremos o papel das normas sociais no racismo, bem como o surgimento de uma norma social antirracista e os novos racismos, para em seguida apresentarmos o racismo no Brasil. Por fim, trataremos das medidas implícitas nos estudos de preconceito e racismo.

1.1. Normas sociais e as expressões do racismo

As normas sociais têm um importante papel na relação com o outro, uma vez que englobam um conjunto de regras e prescrições relativas à maneira de perceber, de pensar,

de sentir e de agir. Podem ser escalas de referência ou de avaliação que definem a magnitude dos comportamentos, atitudes e opiniões permitidas e repreensíveis (Sherif, 1965). Algumas dessas normas estão tão inseridas em nossa organização social que nem ao menos pensamos em contestá-las ou infringi-las.

As normas sociais, que revestem os contextos e o tipo de grupo alvo de discriminação, atuam como fator condicionante às expressões de racismo. O racismo pode ser caracterizado por uma atitude discriminatória e hostil contra membros de outros grupos (Allport, 1954/1979). Uma forma particular de preconceito que, além da adesão a atitudes positivas e negativas de julgamentos ou sentimentos sobre uma pessoa ou grupo, apresenta: a classificação de raças a partir fatores biológicos; a premissa da superioridade de uma raça sobre a outra; e, a racionalização de práticas institucionais e culturais que formalizam a dominação de um grupo sobre outro (Jones, 1979). Desse modo, o racismo é compreendido como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo, ou toda uma categoria social, que é definido como diferente com base em alguma marca física externa, ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento (Lima & Vala, 2004).

O racismo reflete as características culturais, econômicas e históricas do tecido social onde ele emerge. Para compreender as suas expressões é necessário analisar as relações racializadas que são estabelecidas em cada contexto histórico e cultural (Lima, 2002).

Nos séculos de colonização e exploração do trabalho escravo de negros e índios, a norma social vigente era a da discriminação e exploração dessas minorias (Lima & Vala, 2004). No século XVIII, o racismo científico emerge como teoria e começa então a ser aplicado para explicar o desenvolvimento dos povos e países. Nesse contexto, as expressões de racismo ocorrem de maneira aberta, pois refletiam a norma social da época.

A concepção de raça ganhou força ideológica com o saber científico produzido no final do século XIX e início do XX e serviu como base para justificar relações desiguais entre os grupos humanos. Entretanto, pesquisas realizadas durante o século XX revelaram que o patrimônio genético de indivíduos pertencentes a uma mesma raça pode ser mais distante que os pertencentes a raças diferentes, tornando a raça um critério cientificamente inválido para explicar a diversidade humana e segmentá-la em grupos (Munanga, 2003).

Paralelamente aos avanços das pesquisas genéticas que deslegitimavam a concepção de que a variabilidade humana poderia ser explicada em termos raciais, no âmbito sócio-político se observou o fortalecimento de uma norma social antirracismo. Após a 2ª Guerra Mundial foi operada uma mudança normativa com ênfase em valores de igualdade e justiça, os quais são incompatíveis com a existência de hierarquias e tratamentos discriminatórios entre as pessoas. Tal mudança normativa teve como marco a Declaração Universal dos Direitos do Homem elaborada pela Organização das Nações Unidas em 1948:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (2º1§). Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (3º). Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas (4º).

No contexto brasileiro também é observada a construção de um aparato jurídico que coíbe a doutrina racista e a expressão de comportamentos discriminatórios,

apresentados na Lei nº 7.716¹, de 5 de janeiro de 1989, que regulamenta a criminalização do racismo, compreendendo-o como crime inafiançável, sendo posteriormente alterada em 13 de maio de 1997, nos seus artigos 1º e 20º, pela Lei 9.459, e acrescido do parágrafo 3º ao art. 140 do Código Penal Brasileiro qualificando os crimes de injúria em atenção ao repúdio do racismo.

Os estudos sobre racismo esbarram em um novo fator que interfere diretamente na expressão de comportamentos discriminatórios e atitudes raciais, o fato de existirem normas antirracismo que condenam a sua expressão. Antes desse período, o preconceito e a discriminação eram manifestos explicitamente e recebiam apoio institucional e político para que o fossem. As mudanças no quadro sócio-histórico influenciaram o desenvolvimento de novas teorias nos estudos do preconceito e do racismo, uma vez que as práticas explícitas de discriminação foram gradativamente sendo proibidas e as suas expressões ostensivas passaram a ser repudiadas por brancos e negros. A mudança no plano político não reflete, necessariamente, uma mudança genuína nas atitudes raciais dos grupos dominantes, mas, sim, que o preconceito e discriminação, em consonância com as novas normas sociais igualitárias, adotaram formas mais sutis de expressão (Gaertner & Dovidio, 1986).

Nesse panorama, há uma mudança no foco do interesse dos pesquisadores, com o aumento substancial de pesquisas, empregando medidas mais indiretas, que visam revelar atitudes raciais em suas formas de expressão menos evidentes. Formas estas que reproduzem as atitudes racistas sem desafiar a norma social antirracismo, as quais serão abordadas a seguir.

¹ Em nível infraconstitucional, a Lei n. 7.716/1989 e o § 3º do art. 140 do Código Penal regulamentam a determinação constitucional presente no inciso XLII do art. 5º, tipificando os crimes de racismo.

1.2. A norma antirracista e os novos racismos

Muitos estudos realizados na psicologia social têm demonstrado que as expressões do racismo na sociedade contemporânea estão se tornando progressivamente mais sutis, indiretas e menos abertas (Gaertne & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay & Hough, 1976; Pettigrew & Meertens, 1995). A análise dessas formas de expressão do racismo e do preconceito instituiu um amplo corpo teórico e metodológico na psicologia social.

A psicologia social passou por modificações no estudo do racismo, decorrentes dos fenômenos sociais que acompanham o momento histórico, resultando em três momentos distintos, denominados na literatura de as três ondas (Dovidio, 2001). A primeira onda aconteceu na década de 1920, em que os psicólogos sociais compreendem que a mais importante e problemática das diferenças intergrupais são as diferenças raciais (Duckitt, 1992). Nesse período, em que a hostilidade contra os negros era manifesta explicitamente e recebia apoio político e institucional, as formas de estudo se caracterizaram por métodos mais diretos. Nas pesquisas realizadas em psicologia, segundo Quillan (2006), o preconceito racial era declarado abertamente nas respostas dos participantes em *surveys* realizados na época, apresentando resultados que endossavam a discriminação e segregação racial, bem como estereótipos negativos atribuídos aos negros.

A partir da primeira metade do século XX, entre as décadas de 1950 e 1960, houve um grande número de mudanças políticas e sociais que culminaram na declaração dos direitos humanos, na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e na crítica as classificações raciais (Lima & Vala, 2004). Desde então, as sociedades democráticas têm enfatizado uma nova norma social, a norma da indesejabilidade do racismo. Tais mudanças provocaram um contexto no qual não era mais aceitável a expressão do racismo, levando ao desenvolvimento de expressões mais sutis e indiretas do mesmo.

As modificações no contexto normativo, entretanto, não alteraram as relações desiguais entre brancos e negros. Alguns pesquisadores acreditam que a mudança no plano político não reflete, necessariamente, uma mudança nas atitudes raciais dos grupos dominantes, mas que o preconceito e a discriminação, em consonância com as novas normas sociais, teriam adotado formas mais sutis de manifestação (Gaertner & Dovidio, 1986). É nesse panorama que se começa a falar sobre “Novos Racismos” e “Novos Preconceitos” (Lima, 2011).

A modificação nas formas e expressões do racismo requereu um novo modo de investigação e compreensão do fenômeno, conduzindo a segunda geração de estudos na psicologia social (Dovidio, 2001), elaboradas para verificar as formas mais sutis e indiretas do preconceito.

A mudança no foco do interesse dos pesquisadores que, empregando medidas indiretas, visavam revelar atitudes raciais em suas formas menos evidentes. Essas medidas mais sutis e indiretas passaram a ser utilizadas em detrimento daquelas que apresentavam métodos diretos de obtenção de dados (Vala, Brito & Lopes, 1999). De acordo com Brauer, Wasel e Niendental (2000), essas medidas eram consideradas menos reativas, pois foram realizados ajustes para que a apresentação dos itens e formato de respostas encobrisse o objetivo geral da investigação. Dessa forma, presumia-se que se o participante fosse realmente preconceituoso, apesar de seus esforços de auto-apresentação, isso seria verificado por meio das escalas.

Várias teorias foram desenvolvidas com o propósito de analisar os aspectos mais velados do racismo e os efeitos da norma social antirracista na expressão do racismo. Essas teorias propõem que os grupos dominantes mantêm suas atitudes preconceituosas face às minorias, mas não expressam em contexto onde a norma social inibe tais manifestações, emergindo no seu lugar a expressão de atitudes igualitárias e de repúdio à discriminação.

Desse modo, as expressões do racismo e do preconceito aparecem de forma mais discreta, sutil, velada, contrariando as expressões anteriores flagrantes, diretas e explícitas.

Para compreender como se expressam as novas formas de racismo, é preciso entender o contexto histórico e cultural de cada sociedade, que permite que determinadas diferenças sejam importantes e outras não (Allport, 1954). Dessa forma, encontramos nos Estados Unidos o racismo moderno (McConahay & Hough, 1976; Pedersen & Walker, 1997), o racismo aversivo (Gaertner & Dovidio, 1986), o racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988) e o racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981). Na Austrália temos o racismo moderno (McConahay & Hough, 1976; Pedersen & Walker, 1997) e na Europa o racismo sutil (Pettigrew & Meertens, 1995) (Para uma revisão ver Lima, 2002).

No Brasil, ao contrario dos demais países, após a abolição da escravidão a norma antirracista sempre esteve presente nas relações inter-raciais. Esse fato tornou as expressões de racismo mais sutis ou veladas muito antes dos outros países (Lima, 2004). A associação de fatores como o mito da democracia racial, a cordialidade presente nas relações sociais e a ideologia do branqueamento fizeram surgir um tipo específico de expressão de racismo denominada de racismo cordial (Turra & Venturi), que diferencia o racismo brasileiro de outras formas de racismo. Nesse sentido, apresentaremos o caráter da norma antirracista no Brasil e o *ethos* senhorial, elementos de uma bricolagem que produziram aqui um racismo peculiar, que utiliza o humor como mecanismo de expressão.

1.3. De escravizado a negro: racismo e antirracismo no Brasil

No Brasil, o racismo tem origem na escravidão, e a força desta pode ser medida pelo fato da escravidão ter dominado o país por mais de três séculos (Kalckmann, Santos,

Batista & Cruz, 2007). O negro escravizado não possuía direitos juridicamente, era considerado uma coisa, não pessoa, propriedade única de seu senhor, tendo apenas o dever de obedecer aos brancos. Sua condição de objeto era expressa na legislação, inspirada no direito romano de propriedade, animalizando-o, destituindo-o de sentimentos e humanidade. O escravo podia ser vendido, alugado, hipotecado, emprestado, negando sua condição de ser humano e de pessoa (Queiroz, 1990).

O sistema escravocrata foi mantido através de legislação e práticas repressivas, havendo como consequência uma série de ideias e valores para sustentá-lo, em virtude de a escravidão alijar princípios europeus de igualdade e liberdade. Para isso, fez-se necessário justificar a escravidão através de ideologias popularizadas desde a filosofia de Platão e Aristóteles, que defendia a inferioridade intelectual como base para a escravidão, até a teologia de Santo Agostinho, que afirmava a escravidão ser um castigo dado pela perda da graça divina (Queiroz, 1990).

Já no século XIX, a instituição escravista brasileira passou a sofrer ataques internos e externos que culminaram na sua posterior extinção. Na Europa o mercantilismo entra em crise, junto com o pacto colonial e a escravidão, e o livre comércio passa a ser o objetivo ambicionado. Em 1772, o tráfico negreiro começa a ser combatido pela Inglaterra, sendo o Brasil o seu principal alvo, já que com a escravidão e as terras a preços ínfimos, o açúcar brasileiro chegaria à Europa mais barato que o das colônias inglesas (Queiroz, 1990).

Além dos interesses econômicos, o movimento abolicionista inglês apresentou, também, uma origem ideológica. Organizado em 1787 por vinte e dois abolicionistas, foi um dos movimentos populares mais bem-sucedidos da história moderna. O movimento fundou um comitê com o propósito de arrecadar fundos para a publicação de livretos com discursos abolicionistas e plantas dos navios negreiros, que sensibilizaram a população inglesa ao boicote dos produtos manufaturados das colônias escravocratas. Outra medida

realizada pelos abolicionistas foi o envio de petições a Câmara dos Comuns – equivalente a nossa Câmara dos Deputados – a fim de pressionar o parlamento a por fim no tráfico de africanos. Foram enviados em média 170 projetos por ano entre 1788 e 1800, chegando a 900 em 1810. No total, até o final da escravidão, foram enviadas mais de 5 mil petições, cada uma com milhares de assinaturas. Essas medidas e o radicalismo contribuíram para o tráfico de escravos ser extinto em 1808 no Brasil (Narloch, 2009). Nesse mesmo ano, D. João VI assina no Rio de Janeiro o Tratado de Aliança e Amizade com o Reino Unido, sob ameaça da Inglaterra e de Napoleão Bonaparte, que previa os limites do tráfico de escravos apenas nos domínios portugueses na África.

No entanto, somente após oitenta anos de pressão externa para o fim da escravidão o Brasil vive a sua campanha abolicionista. Em março de 1888, o estado de São Paulo envia uma petição para o Parlamento pedindo que agisse em favor da abolição no país inteiro, pois esta instituição seria contrária as razões sociais, morais e econômicas do Brasil (Queiroz, 1990). Nesse panorama, a lei de abolição foi assinada, em meio a concorridos desfiles de rua, festividades públicas e festas familiares em todo o país (Azevedo, 2003).

Pouco depois a assinatura da Lei Áurea, e já na vigência do regime republicano, segundo Nunes (2006), precisamente em 14 de dezembro de 1890, Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, incinerou documentos oficiais que eram prova da escravidão, sob a justificativa de apagar da história do Brasil um período vergonhoso. Neste mesmo ano, o Hino à República declarava que: “Nós nem cremos que escravos outrora/ tenha havido em tão nobre país”.

Essa tentativa de reconstrução do passado escravocrata numa maneira positiva significava a criação de outro começo, a partir de uma narrativa romântica na qual a relação entre senhores “severos, mas paternais” e “escravos submissos e prestativos” encontrou terreno fértil ao lado de um novo argumento, que afirmava ser a miscigenação existente no território brasileiro um fator impeditivo a classificações rígidas e bipolares: brancos *versus* negros (Schwarcz, 1998).

Em um país em que o modelo das relações raciais escapava a bipolaridade, as cores tenderam a variar de forma comparativa, “quanto mais branco melhor, quando mais claro superior” (Schwarcz, 1998, pp. 189). Para Fausto (1996), esse quadro comparativo tem raízes coloniais. A intensidade cromática da pele foi fator discriminatório na delegação de trabalhos aos escravos, de modo que aos mais pretos eram atribuídos trabalhos de menor valor e mais pesados que aqueles que tinham pigmentação de pele mais clara. Assim, desde a escravidão o branco não representava apenas uma cor, mas também uma qualidade social, representando aquele que é mais educado e que ocupa posição social mais elevada.

Impossibilitados de defender a raça branca pura como ideal, já que em virtude do nosso processo colonizador a mestiçagem era intensa, criou-se nela uma única forma de desenvolver uma nação nova, herdando as características boas de todas as raças. Tendo como base a teoria de sobrevivência do mais capaz, acreditava-se que no processo de miscigenação deveriam predominar os genes da raça dominante, de modo que o fenótipo da população viria a ser um dia branco novamente (Costa, 2007).

No século XIX, Silvio Romero buscou a confirmação que uma nova identidade nacional estava emergindo, se não ideal, mais amena. Ao referir-se a composição étnica e antropológica da população brasileira, ressalta que somos todos mestiços, se não no sangue, somos na alma (1888/1949 citado por Schwarcz, 1993). Havendo assim uma

construção da mestiçagem que transpunha as barreiras genéticas e de descendência racial para abarcar a antropologia do brasileiro, compreendida como mestiça e por isso única.

Nesse novo contexto, em 1930 foi operada uma revolução cultural que buscava novos caminhos na orientação política do país, tendo como princípio norteador o desenvolvimento social, que almejava pela extinção das teorias raciais do século XIX, uma vez que estas não mais satisfaziam as expectativas em virtude do contingente de negros e mestiços ser superior ao de brancos. Surgem, então, teorias como a do antropólogo Gilberto Freyre, que passa a compreender a identidade nacional numa perspectiva oposta as teorias racistas, porém não menos danosa a população negra.

Para Freyre (1933), o caráter peculiar da colonização portuguesa atuou como um diferenciador das relações raciais no Brasil, sendo esta maneira característica do colonizador português denominada por ele de *Luso-Tropicalismo*. Esta foi uma teoria construída para referir à influência de um processo de miscigenação da sociedade brasileira, sendo ela biológica e cultural, permitindo um ambiente de quase reciprocidade cultural caracterizado pelo aproveitamento de valores e experiências dos povos considerados atrasados pelos adiantados (Alexandre, 1999).

De acordo com Freyre (1933), o caráter singular da colonização portuguesa muito se deve a heterogeneidade na composição dos mais destacados princípios formadores da alma do português colonizador, princípios capazes de permitir que ela se assemelhasse:

Nuns pontos à do inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis (p. 197).

Não pelo fato dos portugueses serem um povo mais cristão que os demais colonizadores. A forma de escravidão estabelecida no Brasil parece ter sido resultado dos contatos entre os portugueses e os escravocratas maometanos, conhecidos pela maneira familiar como tratavam os seus escravos. A concepção maometana de escravidão doméstica, como sistema ligado a organização familiar, foi um dos valores empregados na colonização brasileira predominantemente, mas não exclusivamente, cristã (Freyre, 1933).

A religião do português representa um enorme e quase paradoxal destaque recebido em *Casa Grande e Senzala*. A imensa maioria dos padres envolvidos na colonização do Brasil vivia sob tutela, física e moral, dos senhores de engenho (Freyre, 1933). Em virtude disto, a Igreja age na formação brasileira como capela de engenho, causando um deslocamento de um *ethos* católico para *ethos* senhorial. Estamos diante de uma sociedade que reserva pouco espaço para a concretização dos valores consagrados no dogma cristão, que vive um catolicismo herético e pouco ortodoxo, um catolicismo de festa e de final de semana (Araújo, 1994).

Somado a isto, esse mesmo *ethos* senhorial estabelecia uma aparente horizontalidade nas relações sociais, designando as amas de leite e aos filhos ilegítimos de senhores com mães índias e escravas negras uma situação de pessoas (quase) da família (Souza, 2000). Havendo, assim, uma quebra da norma das relações colonizador/colonizado, fato que propiciou um estreitamento de relações entre a casa grande e a senzala.

A mestiçagem foi valorizada e transformada em Gilberto Freyre numa característica nacional, desafricanizando o país de modo a branqueá-lo. A democracia racial é mitificada ao exaltar a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de

todas as camadas sociais e grupos étnicos, sustentada nos mitos do “Luso-tropicalismo” e do “Senhor Amável”.

A miscigenação, o *Luso-tropicalismo* e a formação racial possibilitaram a crença numa integração da sociedade brasileira de forma harmoniosa, pondo fim à angustiante persistência da heterogeneidade racial para os eugenistas da época. Esse novo projeto de país amparado na mestiçagem nos tornou igual, anulando o preconceito racial e culminando no alívio de uma democracia racial (Pacheco, 2010). Assim, teorias baseadas na crença de que “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro” (Freyre, 1933 p.307), camuflavam as diferenças raciais existentes e suas consequentes diferenças sociais.

Interpretações como essas, que exaltavam a situação racial idílica vivenciada no Brasil, motivaram, em 1951, a aprovação de um projeto de pesquisa financiado pela UNESCO com a proposta de usar o “caso brasileiro” como material de propaganda para servir de inspiração em outras nações cujas relações raciais eram menos “democráticas” (Schwarcz, 1998). No entanto, ao contrário do que se esperava, as análises revelaram que o racismo era generalizado na sociedade brasileira, com destaque para uma forma particular: “um preconceito de ter preconceito” (Fernandes, 1972). Para o autor, o que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros frente ao racismo é a tendência de continuar a discriminar, apesar de considerar o ato mais degradante para quem o pratica do que para quem seja sua vítima.

De acordo com Fernandes (1972), a polarização de atitudes vinculada à escravidão e à dominação senhorial parece ser consequência de uma moral católica, sendo este o motivo do racismo no Brasil ser condenado sem reservas, como se representasse um mal em si mesmo. No passado, a escravidão e a dominação senhorial eram dois fatores que

implicavam em um conflito entre moral e práticas sociais dos cristãos. Embora as modificações não tenham sido profundas, o desaparecimento da escravidão possibilitou condições favoráveis à emergência de comportamentos conforme a moral do catolicismo. Assim, a discriminação na sociedade mantinha-se intocada, desde que preservada certa discrição e que suas manifestações continuassem ao menos dissimuladas, mantendo-se como algo “íntimo” que subsiste no “interior do lar”.

Nesse contexto, o preconceito de Marca emerge como um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil a fim de distinguir o racismo brasileiro do racismo de outras nações. Nesta variante do preconceito, a disputa de raças acontece no âmbito fenotípico, na aparência mais ou menos próxima à aparência física do branco, contrariamente ao preconceito de origem, no qual uma suposição de pertencimento a determinado grupo étnico basta para que o indivíduo sofra conseqüências do preconceito (Nogueira, 2006). Cria-se assim, no Brasil, uma zona intermediária, fluida, que permite clarear a cor da pele não somente dos fenotipicamente “embranquecidos”, como também daqueles que apresentam um status social médio ou elevado.

Muitos sociólogos aceitaram esta concepção de que no Brasil, e na América Latina, não haveria preconceito racial, mas apenas preconceito de cor. Porém, cabe destacar que a linguagem de classe e cor no Brasil sempre foi usada de modo racializado. Como afirma Guimarães (1999) alguém só pode “ter cor” e ser classificado em um grupo “de cor” se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Desse modo, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais.

No final da década de 1970, Nelson do Valle e Silva e Carlos Hasenbalg problematizaram o fenômeno crescente das desigualdades entre brancos e negros no país. Hasenbalg e Silva (1990) encontraram que os “pretos” e “pardos” percebiam uma

remuneração inferior pela mesma função e tinham menos educação que os “brancos” na mesma faixa de renda. Tais dados demonstraram que as desigualdades apresentavam um componente racial evidente, que não poderia ser reduzido a diferenças de educação, renda, classe, e que não poderia também ser reduzido num gradiente de cor.

Parece que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem face que se esconde por trás de uma suposta garantia de universalidade e de igualdade das leis, e que lança para o âmbito privado o jogo da discriminação. Em uma sociedade historicamente marcada pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo brasileiro só se afirma na intimidade (Schwarcz, 1998). Diante disso, o brasileiro consolida uma “cordialidade racial” no plano das suas práticas sociais cotidianas (Sales Jr., 2016), sendo essas relações cordiais uma espécie de tolerância com reservas, associadas ao clientelismo e ao paternalismo das relações (Holanda, 2012).

A articulação entre cordialidade, clientelismo e paternalismo configura um complexo denominado de “Tia Anastácia”, ou integração subordinada, no qual a pessoa negra aparece “como se fosse da família” ou como sendo “quase da família”. Esta proximidade social quase nunca transpõe o limite do “como se” e define as formas hegemônicas em que se apresenta a discriminação: o estereótipo racial e os não-ditos racistas, efetivados através de piadas e expressões populares (Sales Jr., 2016).

A cordialidade presente nas relações sociais dos brasileiros, compreendida como uma “técnica da bondade” utilizada como uma máscara a fim de manter a supremacia individual ante o social (Holanda, 2012), faz surgir um racismo no qual o terror racial toma a forma de ironia ou sarcasmo. Marca-se e demarca-se um corpo através do açoite da injúria e da piada de tal forma que a raça/cor dos indivíduos não apareça como fator de discriminação relevante.

Rodrigues (1995) apresenta o “racismo cordial” como um fenômeno caracterizado no contexto brasileiro, e definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos marcado por uma polidez superficial que mascara atitudes e comportamentos discriminatórios, expressos ao nível das relações interpessoais através de piadas e ditos populares de cunho racial. No racismo cordial, as manifestações racistas, por vezes, tomam forma de ironia ou sarcasmo, em que as discriminações viram objeto de riso utilizando como fundamento a ridicularização do *outro* de modo flagrante a fim de transformá-lo em um ser risível.

O riso é uma sanção, uma quebra, do politicamente correto como princípio regulador, sem julgar-se essa quebra grave o bastante para reprimi-la como os meios mais violentos de expressão do racismo, o insulto, a agressão física. Piadas são representadas como menções, como recursos indiretos, e não como afirmações, isto é, o sujeito da enunciação não é o seu autor, apenas repassa o que lhe contaram, podendo eximir-se do conteúdo que foi dito, ainda que não do ato de dizer (Rosas, 2003).

As piadas que fazem rir da cor e as inúmeras expressões que existem ao usar o termo “raça” revelam como a questão racial é veiculada no País. A não ser através do riso ou de maneira mais descompromissada, pouco se fala sobre a questão, parece que estamos envoltos em um país de uma “boa consciência” que nega o racismo ou o reconhece como mais brando. Afirma-se de modo genérico uma harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos, sendo esta uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele é inexistente, ora é problema do outro (Schwarcz, 1998).

Diante disso, podemos compreender os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% destes afirmaram conhecer pessoas preconceituosas (Schwarcz, 1998). Paralelamente, em 1995 foi realizado um estudo junto a uma amostra representativa da população brasileira,

no qual 89% dos brasileiros afirmam existir racismo no Brasil, mas apenas 10% destes admitiram ser racistas. No entanto, de maneira indireta, 83% dos entrevistados concordaram em algum nível com as frases e ditos de conteúdo racista (Turra & Venturi, 1995).

Destaca-se ainda a ambigüidade verificada em um estudo conduzido por Camino, Silva, Machado e Pereira (2001), com estudantes universitários a fim de investigar como estes percebem o próprio preconceito e dos brasileiros de uma forma geral. Dentre os 120 estudantes universitários paraibanos que participaram do estudo, 82% afirmaram reconhecer que existe preconceito racial no Brasil, ao mesmo tempo em que relataram serem pessoas não preconceituosas. No entanto, quando solicitados a selecionar atividades típicas de pessoas brancas e negras, 69% dos participantes selecionaram atividades que não exigia uma qualificação profissional ou atividades não ligadas ao poder às pessoas negras, ao mesmo tempo em que 69,5% dos respondentes associaram atividades qualificadas ou ligadas ao poder às pessoas brancas. Apenas 16% afirmaram não haver correlação entre cor da pele e atividades típicas realizadas por pessoas. As conclusões das diferentes investigações convergem em um mesmo ponto: o brasileiro não nega a existência do racismo, mas a sua prática é atribuída ao outro.

Esse fenômeno se aproxima ao que Bonilla-Silva (2010) denominou racismo sem racistas, em seu estudo sobre a expressão do racismo nos Estados Unidos. Segundo o autor, a maioria dos americanos brancos não se considera racista e defendem que a discriminação não mais se constitui como fator determinante de oportunidades na vida dos negros.

O racismo é responsável por uma serie de efeitos negativos àqueles que são vítimas, tais como: uma menor atribuição ao sucesso (Lima & Vala, 2004), priorização de pessoas negras em abordagens policiais (Barros, 2008), uma maior culpabilização penal

(Adorno, 1996; Silva, 2009), maiores taxas de mortalidade (Kalckmann e cols., 2007), entre outros. No entanto, tais discriminações nem sempre acontecem de maneira consciente. A este respeito, os métodos referentes à terceira onda de estudos em psicologia social (Dovidio, 2001) tecem contribuições, as quais abordaremos no tópico seguinte.

1.4. Medidas implícitas no estudo do preconceito: Automatismo e controle

Na psicologia social, os modelos de processamento de informações responsáveis pelas expressões implícitas e explícitas do comportamento são conhecidos como automáticos e controlados (Jacoby, 1991). Em meados dos anos 1990, a automaticidade passou a ser um dos principais temas nos estudos sobre preconceito e estereótipo (Dovidio, 2001).

Processos automáticos podem ser definidos como processos de ativação que ocorrem sem intenção, sem percepção consciente e sem interferência de outra atividade mental (Posner & Snyder, 1975). Para o seu entendimento, é fundamental a apresentação das memórias implícitas e explícitas, processos mentais básicos dos seres humanos.

A memória é responsável pelo armazenamento, recuperação e reconstrução de informações decorrentes de pensamentos. Memórias explícitas são aquelas que se manifestam quando o desempenho numa tarefa requer uma recordação consciente, enquanto que as memórias implícitas são manifestas quando o desempenho numa tarefa é facilitado na ausência de uma recordação consciente (Eysenck & Keane, 2007).

Em nosso processo de socialização absorvemos crenças socialmente compartilhadas sobre vários grupos, que se tornam um conteúdo marcante em nossas memórias, antes mesmo que sejamos capazes de avaliar criticamente esse conteúdo (Devine, 1989). Em virtude disso, quando entramos em contato com membros de grupos estereotipados, o conteúdo das crenças é geralmente ativado sem que tenhamos controle.

De acordo com Devine (1989), uma primeira análise nos leva a pensar que, no âmbito das relações intergrupais, estamos condenados à simplificação dos grupos, à homogeneização dos seus membros e a sofrer com os erros da nossa impressão cognitiva. No entanto, o desenvolvimento posterior do conceito sugere uma relativização desse quadro, indicando que nossa percepção sobre grupos está baseada numa combinação de estereótipos automáticos e crenças pessoais controladas, e que esses dois processos podem funcionar de forma separada – a chamada dissociação.

Bodenhausen e Macrae (1998) sugerem que apesar de não termos controle sobre a automaticidade dos estereótipos, somos capazes de forçar a sua negação através de avaliações pessoais. Essas avaliações compõem um processo penoso, que requer tempo e esforço, e envolve três pressupostos: a consciência de que o estereótipo foi mentalmente ativado, a motivação para responder de forma contrária a ele e o uso de recursos cognitivos, como a atenção, a fim de tornar possível a substituição da resposta automática por uma avaliação pessoal livre de preconceitos.

O empenho pessoal no combate à automaticidade foi valorizado por alguns pesquisadores (Devine & Monteith, 1993; Bodenhausen & Macrae, 1998) ao compreenderem os processos cognitivos como processos moderados por fatores motivacionais. Devine (1989) ressalta que, apesar de algumas formas de automaticidade terem sido apreendidas em nosso processo de socialização, não implica que essa automaticidade não possa ser controlada. Assim, para a autora, um esforço para a dissociação de estereótipos coletivos e crenças pessoais acerca dos membros minoritários culminaria numa diminuição do preconceito.

Entretanto, Wittenbrink, Judd e Park (2001) indicaram que, em algumas circunstâncias, a ativação dos estereótipos pode ser mediada por fenômenos externos, e os processos podem ser inibidos sem que os indivíduos invistam conscientemente nisso.

Além disso, Lowery, Hardin e Sinclair (2001) propõem que as demandas de uma situação imediata podem fazer os indivíduos ajustarem suas perspectivas num esforço de adaptação às necessidades da interação. Por exemplo, em um estudo realizado pelos autores foi percebida uma maior ativação dos estereótipos raciais dos participantes brancos quando estes estavam em contato com um experimentador negro. Em contrapartida, quando o pesquisador era branco havia uma menor ativação dos estereótipos raciais.

Muitas pesquisas foram desenvolvidas para testar a hipótese de que as atitudes raciais implícitas poderiam ser ativadas automaticamente (ver Bargh, 1999, para uma revisão). Essa dimensão das atitudes raciais é considerada uma dimensão privilegiada para o estudo do preconceito e do racismo por apresentar-se quase que isenta da norma antirracista (Fazio, Jackson, Dunton & Williams, 1995). Essas atitudes podem ser apreendidas através de medidas não obstrutivas que se inserem nos paradigmas de *priming* e de latência de resposta.

De acordo com Humphreys (1990), o termo *priming* refere-se a uma técnica desenvolvida para estudar como contexto influencia o desempenho. Ou ainda, segundo Pereira (2015), o termo pode ser traduzido como uma preparação, uma antecipação, no sentido em que um hábito antecipa a geração de uma resposta de forma rápida, muitas vezes sem que o agente se dê conta que está agindo de maneira automática e irrefletida.

Existem vários tipos de técnicas experimentais utilizadas nos chamados estudos em *priming*. Bargh e Chartrand (2000) agruparam essas diferentes técnicas em três categorias: *priming* conceitual, *mindset priming* e *priming* semântico.

O *priming* conceitual envolve dois ou mais contextos distintos, dentre os quais no primeiro contexto são ativadas representações mentais que exercem uma influência não-consciente nos subseqüentes. Por exemplo, num dado contexto inicial podem ser apresentadas palavras ou imagens relacionadas à “violência”, e numa tarefa de julgamento

de atitude posterior essas palavras ou imagens tenderão a afetar o julgamento do indivíduo, fazendo-o identificar as atitudes apresentadas como relacionadas ao *prime* inicial (Bargh & Chartrand, 2000).

No *mindset priming*, segundo tipo de *priming* apresentado por Bargh e Chartrand (2000), a ativação do *prime* não é passiva, acontece por meio de uma tarefa intencional, como, por exemplo, preparar um plano de ação. Os estudos sobre os *mindset priming* evidenciam como as soluções que encontramos podem gerar um padrão de resposta crônica que nos impede de buscar alternativas mais criativas e até mesmo mais simples, o que, por certo, pode afetar uma parcela significativa da nossa vida mental, incluindo os julgamentos estereotipados, as avaliações preconceituosas e as ações discriminatórias (Pereira, 2015).

Já o *priming* semântico, muito utilizado em pesquisas de automatismo, busca verificar associações implícitas de memória (Bargh & Chartrand, 2000). Para Pereira (2015), este *priming* ocorre nas circunstâncias em que o pesquisador facilita a antecipação de uma resposta mediante a apresentação prévia de alguns estímulos (geralmente verbais), que podem ocorrer tanto de forma consciente, quanto abaixo do limiar da consciência. Os *primings* semânticos podem ser associativos, quando o intervalo entre os *primes* e os alvos é curto; e, repetitivos ou cronicamente acessíveis, quando os efeitos do *priming* duram por muito tempo, podendo até chegar a 24h.

Os procedimentos de *priming* têm sido cada vez mais utilizados para analisar fenômenos intrapsicológicos e intergrupais. Muitos estudos demonstram que os *primings* influenciam inúmeros fenômenos de percepção e construção da realidade social, tal como a ativação automática de estereótipos raciais (Devine, 1989; Wittenbrink, Judd & Park, 1997). Nos estudos que utilizam esse procedimento, é levado em consideração o tempo de resposta do participante juntamente com a sua associação (ver Lima & Vala, 2004a).

O paradigma de latência de tempo é outra importante estratégia para analisar processos não controlados de resposta, dentre os quais referimos o *Implicit Association Test* (IAT) desenvolvido por Greenwald, McGhee e Schwartz (1998). Greenwald e colaboradores (1998) conduziram uma pesquisa a fim desenvolver um novo método para identificar atitudes automáticas contra ou a favor de determinado objeto. A pesquisa utilizou o paradigma de associação entre estímulos e categorias, na qual os participantes deveriam indicar a categoria que os estímulos deveriam ser associados (e.g. flor + agradável, inseto + desagradável). O método consistia em identificar, através do tempo de resposta, o quanto cada participante aceitava a associação entre estímulos e categorias, respondendo mais rápido, ou quando ele rejeitava, respondendo mais devagar. A partir deste modelo foi possível identificar atitudes desfavoráveis contra negros, japoneses ou coreanos, associando essas categorias a rótulos avaliativos.

Existem várias configurações para esse paradigma: o IAT de valência, o IAT de estereótipo, de auto-estima, a versão reduzida, o IAT para crianças, dentre outros. No Brasil, Lima, Machado, Ávila, Lima e Vala (2005), com o objetivo de analisar o papel dos contextos de respostas no preconceito automático, realizaram estudos investigando o efeito de contexto normativos - igualitário, meritocrático e neutro - sobre o preconceito automático contra negros utilizando o paradigma de associações implícitas em uma amostra de estudantes universitários. Os resultados indicaram que participantes de cor da pele branca responderam mais rapidamente no reconhecimento de características positivas quando avaliaram homens brancos, e mais rapidamente ao reconhecer características e palavras negativas para homens negros.

No tocante aos contextos de respostas, os resultados apontaram preconceito nas três condições de resposta, ou seja, nos três contextos houve uma diferença significativa entre o escore obtido de preconceito automático e o valor zero. Mais precisamente, os resultados

indicaram que a norma da competição produz preconceito automático contra negros, enquanto que a norma do igualitarismo não foi efetiva na anulação do preconceito automático. Já na condição neutra, mesmo não sendo estatisticamente significativa, os resultados indicaram uma menor ativação automática do preconceito do que na condição igualitária.

Também fazendo uso desse paradigma, Bradley e Kennisson (2012) demonstraram que quando os indivíduos se imaginam em uma situação de perigo, como a própria morte, há um aumento do viés intergrupar. Participantes que imaginaram a sua própria morte apresentaram tempos de respostas maiores para emparelhamentos das categorias “negro + positivo” e “branco + negativo”, o que aponta um aumento no preconceito implícito destes participantes.

Ainda no âmbito dos paradigmas de latência de respostas e explorando as associações automáticas culturais, Payne (2001) desenvolveu o paradigma da identificação/desidentificação de armas a fim de investigar o automatismo e o controle, compreendendo-os como processos não excludentes. O seu modelo teórico supõe que qualquer medida de tempo de reação envolve a contribuição de processos automáticos e controlados. O paradigma de pesquisa é fundamentado em uma suposição de associação entre armas de fogo e faces de pessoas negras ou a associação de faces negras com “utensílios” (objetos neutros). Os resultados da pesquisa indicaram que quando estimulados pelo *priming* de uma face negra, os participantes percebiam mais rapidamente uma arma e mais tardiamente um objeto, enquanto que o oposto acontecia na presença de uma face branca. Paralelamente, os participantes eram mais precisos no reconhecimento de armas e menos precisos no reconhecimento de utensílios quando estes eram precedidos por um rosto negro, o contrário acontecia para faces brancas.

Pereira, Dantas e Alves (2011) conduziram um estudo experimental com amostra de estudantes, de moradores de uma comunidade popular de Salvador (Bahia) e agentes prisionais, com o objetivo de testar hipóteses associadas ao paradigma da identificação/desidentificação de armas de Payne (2001). De modo geral, a pesquisa buscou testar se a apresentação do *priming* com a fotografia de faces de homens e mulheres, negros ou brancos, interfere na velocidade e na acurácia da identificação de armas, quando comparado com a identificação de algumas ferramentas, cujo formato apresenta alguma semelhança com a arma. Os resultados indicaram que os participantes que exerciam ocupação de agentes penitenciários apresentaram maior proporção de erros quando uma arma era precedida pela apresentação de um *priming* com uma face negra. Contudo, os autores ressaltam que mesmo nesse caso a proporção de erros dos agentes não diferiu significativamente quando comparado aos participantes dos outros contextos.

A partir do estudo de Payne, outras pesquisas foram desenvolvidas com base nesse paradigma. Uma linha de investigação que merece destaque ficou conhecida como viés do atirador (*shooter bias*) (Correll, Urland & Ito, 2005). Correll, Park, Judd & Winterbrink (2002) desenvolvem o “dilema do oficial de polícia”, com o objetivo investigar o efeito da etnia do alvo (branca ou preta) sobre a decisão de tiro dos participantes.

O estudo original contava com um videogame que simulava uma situação em que o participante, na condição hipotética de agente de polícia, era confrontado com uma situação ambígua: um alvo potencialmente hostil segurando um objeto aparecia na tela do computador. Caberia ao participante decidir qual o devido desfecho a situação apresentada, sendo este atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados. A decisão deveria ser tomada em menos de um segundo (850 milésimos de segundo), caso isso não ocorresse o jogo anulava a tarefa e passaria para a próxima. Diferente do estudo desenvolvido por Payne (2001), o jogo de Correll e colaboradores (2002) apresenta simultaneamente a etnia

da pessoa alvo (branca ou negra) e o objeto. Desse modo, o participante não precisaria processar a etnia do alvo para determinar se o mesmo estaria armado ou não.

Correll e cols. (2002) realizaram uma série de estudos para testar esse paradigma. No primeiro estudo, foi encontrado que os participantes eram mais rápidos para atirar num suspeito armado do que desarmado. Mais central ainda para as previsões do estudo, os participantes atiravam mais rápido quando o suspeito armado era negro e demoravam mais a rejeitar o tiro quando o suspeito era branco. Os resultados de uma segunda análise desse estudo indicam que os participantes cometiam mais erros para não atirar do que para atirar, sobretudo cometiam mais erros para atirar em um alvo desarmado quando este era negro ou, ainda, em não atirar quando o alvo armado quando este era branco. Numa terceira análise os autores verificaram que o *shooter bias* (viés do atirador) não apresenta correlação com a escala de racismo moderno, mas se correlaciona com a crença no estereótipo cultural dos negros e o nível de contato com essa minoria. Apesar das diferenças entre os paradigmas de Payne e cols. (2001) e o de Correll e cols. (2002), os resultados indicam que a interpretação do alvo como potencialmente perigoso e que a decisão de atirar está associada à etnia destes.

Uma variação do paradigma foi realizada por Correll, Urland e Ito (2005), que analisaram a manifestação de regiões do cérebro referentes à ameaça e ao controle. Observaram que, quando a imagem do alvo negro era precedida por uma arma, as regiões do cérebro responsáveis pelas expressões de ameaça entravam em maior atividade, enquanto que as regiões responsáveis pelo controle manifestavam uma menor atividade. Congruente com os achados de Correll e cols. (2002), e com os modelos de processamento implícito, observou-se que os participantes levam cerca de 230 milissegundos para diferenciar a etnia do alvo, e que percebem os alvos negros como mais ameaçadores que os alvos brancos. Assim, os resultados indicam que percepção de ameaça e detecção de

conflito a partir da etnia do alvo promove um viés (*shooter bias*) sobre o comportamento de atirar em frações de segundos.

Em outro estudo Correll, Wittenbrink, Crawford e Sadler (2015) realizaram três investigações a fim de identificar como os participantes utilizam a raça na resolução de estímulos visuais ambíguos. Os participantes, assim como nos demais estudos do paradigma *shooter bias*, deveriam atirar ou não em alvos brancos ou pretos que apareciam à tela segurando uma arma ou um objeto inofensivo. No primeiro estudo, os resultados indicaram que os participantes adquiriram rapidamente informações sobre uma arma quando esta apareceu nas mãos de um alvo preto, e sobre um objeto inofensivo quando este estava com um alvo branco. Para os emparelhamentos contra o estereótipo (brancos armados e pretos desarmados) os participantes adquiriram informações mais lentamente, o que sustenta o argumento de que os estereótipos podem complementar informações objetivas.

No segundo, um rastreamento ocular mostrou que em ensaios estereotipados os participantes tenderam a terminar prematuramente a busca visual de evidências, isto é, eles eram menos propensos a fixar o olhar sobre o objeto, em si, antes de executar a sua decisão, presumivelmente porque a raça enviesou sua interpretação. Finalmente no terceiro estudo, os participantes foram brevemente expostos aos alvos, com o objetivo limitar o acesso a informação visual recebida, mas receberam tempo ilimitado para responder aos estímulos. Os resultados indicaram que, apesar de suas respostas serem mais lentas, os participantes apresentaram um viés para atirar em alvos pretos. Assim, esse padrão reflete uma tendência de perceber os objetos de forma congruente com o estereótipo do alvo apresentado.

Correll e cols. (2015) encontraram, novamente, efeitos de facilitação de violência contra alvos negros, e este padrão sugere que os estereótipos influenciam a identificação

do objeto. As informações sobre armas são identificadas mais rapidamente quando o alvo é negro, enquanto que informações sobre telefones celulares e carteiras são mais reconhecidas quando o alvo é branco. Assim como nos outros estudos do viés do atirador, foi percebido que a raça do alvo afeta a percepção de ameaça e o processamento de uma informação estereotipada do estímulo. Desse modo, quando o objeto é ambíguo os estereótipos podem orientar percepções desse objeto. Mas, se o objeto não é percebido com precisão, os estereótipos podem influenciar tendências de resposta, particularmente sob pressão de tempo, de tal modo que estímulos de alvos negros promovem decisões mais hostis do que estímulos de alvos brancos.

Plant, Peruche e Butz (2005) também investigaram o impacto da cor da pele nas decisões de disparo. Os pesquisadores buscaram avaliar se as diferenças baseadas na etnia do alvo para a tomada de decisão poderiam ser suavizadas pela experiência, a partir da hipótese de que a etnia se tornaria um determinante menos saliente nas decisões para atirar com o aumento do número de repetições das tarefas do experimento. O estudo contou com participação de policiais e cidadãos comuns, que responderam a um emparelhamento de armas ou objetos neutros com rostos negros ou brancos, no qual eles deveriam tomar a decisão de atirar ou não atirar no alvo.

Ambos os grupos de participantes apresentaram o mesmo viés (*shooter bias*) relatados em estudos anteriores sobre o comportamento de tiro. No entanto, os grupos mostraram reduções significativas de erro após uma exposição repetida de múltiplos ensaios em que a etnia do suspeito era independente do objeto. Estes resultados sugerem que o treinamento em que a etnia do suspeito é repetidamente alheia a periculosidade pode ajudar na superação de associações implícitas entre etnia/cor e violência que os participantes possam ter.

Outra investigação com o paradigma *shooter bias* foi realizada por Kahn e Davies (2010). Os pesquisadores acrescentaram uma nova forma de definição da etnia dos alvos, sendo esta uma variação na cor da pele dos alvos negros, denominada *high black* (alvos negros com pele escura, nariz largo e lábios carnudos) e *low black* (alvos negros com tom de pele mais claro). A pesquisa mostrou que, quanto mais escura a cor da pele do indivíduo alvo, maior a associação desse alvo como potencialmente hostil e, conseqüentemente, maior o número de erros ao atirar em um alvo desarmado.

Dado o esforço para compreender os processos subjacentes ao viés na decisão de atirar (*shooter bias*) e as peculiaridades nas expressões de racismo no Brasil neste capítulo, cabe indagarmos não só a respeito dos mecanismos que inibem a automaticidade dos estereótipos, como também daqueles que produzem associações em larga escala, situando os grupos minoritários em situação de desvantagem (Lima & Vala, 2002).

Como vimos, a cordialidade sempre marcou o racismo brasileiro, que passou a se expressar como preconceito de ter preconceito, utilizando o humor como canal de fuga da norma antirracista. Neste sentido, questionamo-nos se poderia o humor atuar como um inibidor da norma antirracista, fomentando maiores expressões de racismo implícito e explícito. Esta perspectiva será aprofundada no capítulo seguinte, no qual apresentamos o humor como mediador e catalisador de conteúdos moralmente desencorajados pela norma antirracista.

CAPÍTULO II

RACISMO E HUMOR

Em março de 2012 na primeira edição do *Proibidão Stand Up Comedy*², um músico da banda que fazia vinhetas entre uma apresentação e outra se sentiu ofendido com uma piada racista contada pelo humorista Felipe Hamachi. A confusão ocorreu no momento em que o humorista disse que não se pega Aids em relações sexuais com macacos e, em seguida, dirigiu olhares para o tecladista negro da banda, insinuando que mantinha relações sexuais com ele. O músico, que não havia assinado o “termo de compromisso de não ofensa” que é imposto ao público do espetáculo, abandonou o palco e chamou a polícia (Folha, 2012). Em entrevista, o organizador do evento, Alexandre Frota, disse não esperar que um “acontecimento desagradável” como esse acontecesse, pois não teria havido agressão a ninguém numa rua ou numa mesa de bar (Folha, 2012).

Amparados nas normas sociais da liberdade de expressão e do humor sem limites, o humorismo tem se tornando, cada vez mais, salvo conduto para expressão de ofensas, preconceitos e racismo disfarçados em tons de brincadeira. Falamos de um racismo “sem intenção”, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos.

No capítulo anterior tratamos a respeito de como foi desenvolvida uma norma social antirracismo, visto que as atitudes racistas venham sofrendo sanções morais e legais, e, conseqüentemente, suas manifestações são publicamente condenadas. Diante de tais pressões, o brasileiro encontrou no humor uma via intermediária para extravasar o seu racismo latente, contornando a reflexão crítica sobre o seu conteúdo. Posto isto, o nosso interesse neste capítulo consiste em discutir como o humor se configurou como uma solução intermediária para a expressão de discursos racistas no Brasil.

² Show de humor no qual os comediantes fazem piadas preconceituosas contra diversas minorias

Para dar conta do objetivo apresentado, iniciaremos apresentando o riso como uma construção sócio-cultural. Em seguida tratamos de como as normas sociais podem atuar na forma como expressamos e legitimamos o discurso de humor. Finalmente, falamos da piada como mecanismo de expressão de preconceito e deslegitimação do outro.

2.1. Quem ri por último ri melhor? O riso como construção sociocultural

As teorias ou análises sobre o riso na história da filosofia vêm sendo apresentadas desde Aristóteles (384-322 a.C). Os maiores pensadores aplicaram-se ao estudo do que consiste o riso e o que subjaz o risível, problema este que se apresenta como desafio lançado à especulação filosófica (Bergson, 1978). Desde a antiguidade Greco-romana, já se definia o homem como “um animal que ri”, poderia ter sido definido também como um animal que faz rir, visto que não há comicidade fora do que é propriamente humano (Bergson, 1978, pp. 7).

Para Bergson (1978), a comicidade e o riso são fenômenos sociais, só existem na presença do outro. Ou seja, o nosso riso é sempre o riso de um grupo, não desfrutaríamos do cômico se estivéssemos isolados, pois o riso parece precisar de eco. Ainda segundo Bérqson, o riso por mais franco que se suponha, oculta uma segunda intenção de acordo ou de quase cumplicidade com outros ridentes – referimo-nos aqueles que “riem com” o contador do caso/piada, e não dos que “riem do” objeto de riso. Essa segunda intenção reside no fato de que o riso, a risada, não está unicamente ligado ao prazer da alegria e da satisfação.

O humor, o riso, é um instrumento poderoso, um campo no qual é possível construir discursos, críticas e expressar ideias disfarçadas em tons de brincadeira. O riso é derivado de elementos socioculturais nos quais o objeto da piada, do qual rimos, carrega em si, uma carga histórica de significações que circulam no imaginário social. Isto é, os

significados que a piada apresenta e o que ela pode representar dentro de uma sociedade. Desse modo, para compreender o riso é necessário colocá-lo em seu ambiente natural (sociedade, povo e cultura), entender a sua significância social para este ambiente.

O riso nem sempre foi concebido na esfera social. Na Idade Média, a Igreja e o Estado buscaram extinguir manifestações risíveis, pois estas eram expressões tradicionais do povo e invocavam a instabilidade do espírito humano, e, por conseguinte, da sociedade. O riso era, então, uma arma perigosa que fazia parte da cultura e do *ethos* popular (Bakhtin, 1987).

As festas populares da Idade Média, ainda segundo Bakhtin (1987), tinham como características fugir das amarras sociais, encontrando no espaço, supostamente alienado, do riso a possibilidade de um distanciamento das estruturas das hierarquias medievais. As festas promovidas pela Igreja e pelo Estado, em contraponto, não portavam aspectos risíveis, mas a intenção de consolidar a ordem social existente, visando fortalecer a hierarquia com valores sociais e morais rígidos.

O riso era, então, concebido como expressão oriunda do povo e, portanto associado à irresponsabilidade, à inconsequência, à baixeza de caráter e à irreverência diante do poder vigente. Esse pensamento influenciou também o cristianismo, que condenava às expressões risíveis. São João Crisóstomo (347-407 a.C), por exemplo, declarava que o riso e as chacotas não provinham de Deus, o cristão, portanto, deveria manter-se sério e contemplativo (Fonseca, 2012). O riso não era algo natural ao cristianismo, observa-se nas fontes bíblicas o fato de Jesus nunca ter rido em sua própria vida, tornando, assim, o riso um elemento estranho aos cristãos na Idade Média.

É nesse sentido que Bakhtin (1987) considerava que ao rir o homem medieval expressava a vitória sobre o medo que o oprimia cotidianamente, fosse do poder divino,

fosse proveniente dos homens poderosos. Tal pensamento e conduta ganharam adeptos e tornaram-se hegemônicos no período medieval.

O Renascimento apresentou uma verdadeira renovação cultural na Europa Ocidental. Nele, o riso foi valorizado, compreendido como regenerador, criador, libertador das pressões sociais. Vários iluministas fizeram suas considerações sobre o riso. Hobbes o considerava uma eclosão súbita de nosso sentimento de superioridade diante do defeito que notamos em alguém. Descartes acreditava que o riso dizia respeito à zombaria ou escárnio, uma forma de alegria misturada com ódio, que caracterizava uma espécie de formação reativa (Fonseca, 2012).

Tais exemplos referem o riso como consequência de causas involuntárias, isto é, quando o objeto de riso não apresenta em si a intenção de fazer os outros rirem. Porém, há também no riso, além desta característica, a função de lazer, uma forma de descontração libertadora das pressões sociais, caráter evidenciado no período Renascentista. No entanto, a revolução burguesa na Europa propiciou transformações estruturais, acarretando uma nova forma de perceber as relações sociais (Bergson, 1978).

À medida que os valores culturais da burguesia tornaram-se hegemônicos, o riso do povo foi novamente recriado. Com a emergência do capitalismo industrial, o riso renascentista sofreu transformações profundas, passando a ser utilizado como fator de dominação, dissimulação e denúncia social. Nesse novo contexto, as manifestações risíveis passaram a adquirir um caráter de ridicularização ao atribuir aspectos e valores negativos aos comportamentos humanos e ao próprio homem (Fonseca, 2012).

O ato de rir é uma interação comunicativa, desencadeada, sobretudo, através de fenômenos linguísticos. A construção humorística só é válida quando os envolvidos estão familiarizados com o contexto da situação representada (Raskin, 1985). Para a teoria do riso e do ridicularizável de Bergson (1983) há três condições prévias para que o riso se dê.

Primeiro, ele deve expressar aspectos, expressões e atitudes humanas. Segundo, deve estar isolado da solidariedade, emotividade ou identificação entre os agentes sociais, necessitando de certo grau de distanciamento e indiferença. Terceiro, o riso necessita de grupos que com ele se identifiquem. Assim, sempre um pouco humilhante para quem é o seu objeto, o riso funciona como uma espécie de trote social que necessita de eco e de diversos agentes sociais para a sua eclosão.

Propp (1992) destaca que o riso só ocorre em presença de duas grandezas: um objeto ridículo e um sujeito que ri. Há uma construção de ridicularidade do objeto que mobiliza um grande conjunto de pressupostos sobre o que é a norma e o que é o desvio, sobre quais são os comportamentos normais e suas motivações. É nesse sentido que Propp parafraseando Brandes (1992, p. 174) afirma que “nenhuma perfeição jamais suscita o riso”.

O ato de rir do outro supõe que àquele que ri apresenta um distanciamento identitário, ainda que momentâneo, do objeto de riso. Para Bérghson (1983) as manifestações risíveis e ridicularizáveis baseiam-se na discriminação e na exclusão, de modo que o riso “não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade” (p.99). Desse modo, os grupos sociais, quando riem de uma determinada piada, demonstram um aparente acordo com as mensagens, que elas encontram eco na sociedade.

O riso decorrente da piada foi utilizado como um meio de repreender e moldar aqueles que não se adequavam aos valores hegemônicos. Ele expressa a marginalização e a segregação de contingentes populacionais que estão fora do padrão (Fonseca 2012). Na sociedade brasileira, o riso se transforma na mais refinada expressão de etnocentrismo, sexismo, racismo e machismo contra indivíduos e grupos. Assim, ao serem utilizados como expressão de preconceitos, a piada e o riso não podem ser interpretados como algo inocente e inócuo, mas como um dispositivo político e cultural.

2.2. “É só uma piada”: A liberdade de expressão e o humor como norma social

A liberdade de expressão é um dos alicerces do moderno Estado Democrático de Direito e engloba a independência de pensamentos, ideias, convicções, opiniões, sensações e sentimentos exteriorizados de modo artístico, científico e comunicacional (Guevontian, 2004). Para Branco, Mendes e Coelho (2008), é um dos mais importantes direitos fundamentais, sendo uma das mais antigas reivindicações dos homens em todos os tempos.

A liberdade de expressão foi declarada pela primeira vez em 1689 no *English Bill of Rights*, um estatuto político formulado no contexto da Revolução Gloriosa que defendia os direitos dos cidadãos britânicos (Meira, 2011; Luna & Santos, 2015). Posteriormente, outros documentos ingleses passaram a incorporar em seus textos o direito à liberdade de expressão, que constituem um passo importante para que os direitos individuais ganhassem uma posição central no sistema político e jurídico inglês.

Em 1789 a liberdade de expressão adquire um novo reconhecimento com a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, precisamente nos artigos 10º e 11º reconhece-se que

Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei (10º).

A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos tempos previstos na lei (11º).

De tais preceitos, ressaltam duas normas já válidas em 1789 e que atualmente continuam vigentes: o reconhecimento de que temos o direito de exprimir livremente

ideias e opiniões, e a consciência de que essa liberdade não pode ser exercida de forma abusiva, apresentando, em virtude disso, alguns limites.

No Brasil, desde a Constituição do Império havia a garantia da liberdade de expressão, direito preservado até a constituição de 1937. Porém, no período conhecido como Estado Novo, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, o princípio constitucional da liberdade de pensamento desapareceu e a censura foi adotada como modo de impedir publicações ou reprodução de determinadas informações. A liberdade de expressão só tornou a ganhar força com a atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, que trouxe uma maior amplitude aos direitos e garantias individuais.

Assim, a liberdade de expressão orienta-se a tutelar o direito de externalizar ideias, opiniões, pensamentos, juízos de valores e qualquer manifestação do pensamento humano, vedando apenas o anonimato como forma de evitar a verbalização de discursos sem as devidas responsabilidades. Nesse sentido, a liberdade de expressão prevê um limite à expressão de conteúdos, sendo este limite a manifestação de conteúdos que visem discriminar e estigmatizar os indivíduos, lesando, de modo claro, a *dignidade da pessoa humana*.

As Constituições modernas ocidentais tomaram a liberdade de expressão como uma liberdade especial, utilizando-a como argumento para a defesa dos mais variados tipos de discursos. Nesse aspecto, surgiu um entendimento doutrinário que concedeu aos discursos de humor um caráter de primazia sobre os demais direitos fundamentais conquistados constitucionalmente.

Os discursos do humor, ao contrário dos discursos de ódio que lesam claramente a *dignidade da pessoa humana*, não apresentam como objetivo único a ofensa, discriminação e estigmatização de um determinado grupo. Visando o entretenimento e, conseqüentemente, provocar o riso na audiência, os discursos humorísticos são

reconhecidos como exercícios válidos da liberdade de expressão, legitimados e resguardados de quaisquer restrições, amparados na percepção de que o humor é inócuo e incapaz de propagar ódio e incitar a violência

Em *A ordem do discurso*, Foucault (1971) apresenta a tese de que uma das formas de controle contemporâneas do discurso é a interdição. Esse mecanismo, que apresenta alguma correspondência com a tese Freudiana da repressão, afetaria principalmente as regiões da sexualidade e da política, impedindo a manifestação aberta de tais conteúdos no cotidiano. Em virtude disto, esses conteúdos seriam manifestos preferencialmente em piadas e discursos permeados pelo humor. Nessa mesma direção, os discursos de cunho racial, que não mais encontram legitimidade social para a sua manifestação aberta, são expressos livremente aproveitando o caráter indireto das piadas (ver Dahia, 2010, para uma revisão).

Os discursos do humor ao tratar, via de regra, de assuntos ligados às minorias sociais, preconceitos, simbologias e estereótipos, estão na linha limítrofe entre a violação dos direitos fundamentais e o respeito à dignidade humana. Contudo, parece não existir elementos capazes de fornecer embasamento a uma restrição social dos discursos humorísticos, sendo o limite do humor um humor sem limites. Inaugura-se, assim, a norma social do humor que usa o riso como termômetro legitimador de suas práticas, e não questiona a ideia de que o discurso de ódio pode representar para a sua vítima ou alvo um limite à liberdade de expressão.

Nesse aspecto, a liberdade de expressão serve como “argumento salvo-conduto para o humor” (Miguel, 2013), utilizada na defesa da expressão dos mais variados tipos de discursos. Assim, podemos até achar ruim, de mau gosto e grosseira uma piada, mas não podemos denominar preconceituoso ou racista quem a fez ou proibi-lo de tornar a fazê-la.

A expressão do racismo por meio de piadas e ditos populares refere-se ao efeito simbólico socialmente reconhecido a partir de um conjunto prévio de compreensões compartilhadas. Entretanto, por serem questões consideradas delicadas, não gozam de um status de permissividade social em outro meio que não o permeado pelo riso. Desse modo, as piadas preconceituosas ou racistas são permeadas a partir de um sistema legitimado e não comprometedor.

As piadas, de modo geral, são nocivas e fogem aos limites da proteção da liberdade de expressão pelos mesmos motivos nos quais ela provoca o riso: por uma significância social que lhe atribui sentido. A sua problemática reside não somente na ofensa provocada àqueles que são objeto de riso, como também no que ela provoca nos que a acham engraçada. Embasadas na norma do humor sem limites, as piadas são ativas e contribuem para legitimação, segregação e naturalização de comportamentos que ferem as minorias que são seus alvos.

As piadas de cunho racial referem um efeito simbólico reconhecido a partir de um conjunto prévio de compreensões socialmente compartilhadas, em que os contextos de fundo tornam o discurso inteligível e engraçado. Devido às pressões da norma social antirracista, poucos terão coragem de verbalizar uma posição racista de forma crua. Dessa forma, o humor serve de território seguro para que ela se manifeste. Não por acaso, o humor parece ser sempre o reduto final de sobrevivência dos discursos preconceituosos, quando eles não encontram mais legitimidade social para se manifestar de outra forma (Miguel, 2013).

2.3. “Humor Negro”: A piada como expressão de preconceito e deslegitimação do outro

No Brasil, o riso pode ser apontado como uma via frequente e significativa de expressão e consolidação do racismo. Por um lado, os brasileiros não se consideram racistas e ostentam uma imagem de gente sem preconceito e afeita à mistura racial; por outro, quando sondados sutilmente, fornecem indicadores que apontam um racismo latente (Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001; Pereira, Torres & Almeida, 2003; Camino, Da Silva & Machado, 2004).

O “riso racista” tem, até o momento, desempenhado função intermediária na relação fronteiriça entre uma realidade em que vigoram leis severas contra o racismo manifesto e o reinado do que é politicamente correto. Essa produção social, provavelmente, resultou de um processo de adaptação e resistência ao novo modelo das relações raciais pós-abolicionistas. Dividido entre duas formas distintas e conflitantes de significar a nova condição social dos negros, o brasileiro optou por um caminho intermediário que parecia não infringir as regras legais recém instituídas (Dahia, 2008).

Antes da abolição da escravatura, vigoravam leis rígidas que promoviam uma clara diferenciação baseada no conceito de raça, que refletiam as normas de segregação da época. Após a abolição do regime escravocrata, foi possível cogitar instrumentos normativos em repúdio ao racismo, instituindo uma afirmação de igualdade formal de direitos entre indivíduos independente da cor. Diante desse fato histórico e jurídico, novos recursos precisariam ser elaborados para a manutenção do antigo sistema hierarquizado.

O final da escravidão é marcado como palco de emergência de novos e sutis discursos de discriminação racial para contornar a ameaça e a afronta que representa a integração do negro à sociedade, momento em que passa a competir no mercado de trabalho livre e assalariado (DaMatta, 1997; Dahia, 2008). Emerge nesse novo contexto

cultural o discurso jocoso como possibilidade de manutenção do sistema, politicamente não comprometedor, adotado pelo brasileiro.

De acordo com Fonseca (2012), nesse período é iniciada a produção e transmissão de piadas racistas contra negros, visto que durante a escravidão praticamente inexistiam piadas com conteúdos ofensivos direcionados aos negros, uma vez que estes eram destituídos de expressão na esfera social, como um ser não histórico, não sendo por isso objeto de piadas. Entretanto, Minois (2003) destaca que nas festas dos senhores de engenho havia uma teatralização de escravos, na qual estes eram escolhidos para personificar seus senhores e agirem como tal perante os demais escravos. Ainda que os escravos não fossem objeto direto da comichade, essa teatralização servia de riso aos brancos da época e de legitimação da ordem social vigente – hierarquização, discriminação e segregação.

Com a abolição da escravatura e o advento da República, os africanos e seus descendentes foram marginalizados do mercado de trabalho que emergiu com a urbanização e industrialização. Desse modo, segundo Florestan Fernandes (1978, p.28), abriram-se para os negros, na Velha República:

(...) duas alternativas irremediáveis; vedado o caminho inequívoco da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operário urbano, em crescimento, ou abater-se, penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita, meios para salvar a aparência e a dignidade do homem livre.

A história e os conflitos propiciaram o surgimento e a difusão de piadas que fazem referência a negros e brancos (Fonseca, 2012). E é nesse terreno movediço das relações étnico-raciais que a piada e o riso manipulam com extrema habilidade o cenário aparente de uma harmonia social.

A cultura exerce forte influência nas construções de humor, de modo que, em determinadas culturas, dado assunto pode ou não ser aplicado em um viés humorístico. Posto isto, estudos nacionais e internacionais investigam as manifestações do racismo através de piadas de cunho racial nos seus contextos de emersões (Cabrera, 2014; Dahia, 2010; Pèrez, 2013; Sue, 2010).

Cabrera (2014) realizou um estudo sobre piadas de cunho racial ao analisar narrativas de 29 estudantes brancos universitários norte-americanos por meio de entrevistas semi-estruturadas. O estudo tinha o objetivo de realizar uma análise simultânea do ato de contar uma piada racial, da escuta a piada racial e do contexto de fundo em que essas piadas emergem, visando entender a “prática social do racismo” em um campus universitário. Entre os achados do estudo, o autor destaca: a prevalência da piada racial, mas compreendida como não-racista pelos participantes; o ato de contar tais piadas na ausência de minorias raciais; e a racionalização dessas práticas, afirmando que as minorias raciais são demasiadamente sensíveis. Outros estudos no contexto norte-americano apontam que as piadas de cunho racial produzem efeitos negativos no bem-estar psicológico do alvo tanto quanto comentários abertamente hostis (Harwood, Browne Hunt, Mendenhall & Lewis, 2010; Pèrez, 2013) e que o humor tem servido como um mecanismo de expressão de preconceitos étnicos e raciais (Pèrez, 2013).

Piadas de cunho racial facilmente se configuram como uma micro-segregação racial (Cabrera, 2014; Harwood, Browne Hunt, Mendenhall & Lewis, 2010; Sue, 2010); dessa forma, seu conteúdo não é tão inofensivo como muitos julgam ser. Sue (2010) define micro-segregações como um lugar comum de indignidades³ verbais, comportamentais e ambientais diárias, seja intencional ou não, que se comunica de forma hostil, depreciativa, negativa do ponto de vista racial, de gênero, orientação sexual e desrespeitos religiosos a

³ Indignidades verbais representam, para o autor, discursos hostis e humilhantes contra a dignidade da pessoa humana.

uma pessoa ou grupo alvo. Tais micro-segregações raciais muitas vezes são perpetuadas por meio do riso, visto a capacidade do humor de criar a coesão em um grupo contra um grupo alvo, dentro dos limites da opressão e do politicamente correto (Pérez, 2013).

A literatura sobre as novas manifestações públicas de racismo sugere que expressões flagrantes são pouco prováveis de ocorrer em público devido o papel da norma social antirracista e do politicamente correto como princípios reguladores (Ver Vala, 1999 para uma revisão). Porém, no atual contexto pós-racial, novas formas de humor emergem violando as normas de um discurso público polido e educado. Dentre as quais se destaca *stand-up comedy*, que tem como principal característica a construção de um roteiro a partir de observações do cotidiano em que não existem regras sobre o seu conteúdo e abordagem. Assim, comediantes fazem uso de estereótipos raciais e étnicos flagrantes das “deficiências” percebidas nos outros, e justificam o seu uso salientando o papel da comédia em confrontar assuntos delicados e violar “normas de etiqueta”, representando, dessa forma, um desafio para os estudos do discurso racial contemporâneo, que sugerem que as manifestações racistas ostensivas públicas estão em declínio (Pérez, 2013).

No Brasil, inaugurou-se uma nova categoria de shows de humor denominada *Proibidão Stand Up Comedy*, que se ocupa eminentemente de temas como negros, mulheres, homossexuais, pessoas obesas e com deficiência física. Nas apresentações, as pessoas que desejam participar da plateia devem assinar um termo⁴ declarando ciência dos conteúdos ofensivos abordados no show de piadas, com o seguinte formato:

Eu, ____ portador do RG____ e CPF ____, declaro estar ciente que o show “Proibidão do Stand Up” abordará temas pejorativos, piadas de baixo calão e com teor preconceituoso, tendo em vista que serão piadas que buscam o entretenimento e liberdade, e não ofensa dos seres envolvidos.

⁴ Obtido em: <http://www.portalstandupcomedy.com.br>. Acesso em 29 de março de 2016.

São Paulo ____ de ____ de 2012.

Ass. _____

Munidos da norma social da liberdade de expressão, e principalmente da norma social do humor sem limites, são manifestos conteúdos preconceituosos e racistas atrelados a um conjunto de discursos produzidos na sociedade e considerados naturais à época, com a intenção de oprimir e reprimir a realidades diversas ao grupo dominante, reforçando a posição marginalizada dos alvos desse discurso. Nesse ínterim, o ambiente humorístico assume uma posição de uma “zona neutra” na qual as normas da liberdade de expressão e do humor sem limites podem driblar a norma antirracista e valores éticos e morais da sociedade.

A própria ideia de um *Proibição Stand Up* traz intrinsecamente a ideia de proibição de um discurso que, possivelmente, não seria manifesto em qualquer ambiente. Devemos considerar o potencial alcance desses discursos, que não são proferidos em qualquer ambiente, e o quanto podem impactar em práticas sociais, levando-se em conta que os seus conteúdos partilham de compreensões sociais existentes muito antes de serem ditos em piadas.

Significa, então, que o conjunto simbólico por trás dessas representações está inserido no imaginário social. Contudo, por tratarem de questões que não gozam de um estatuto de permissividade social, em virtude da norma social antirracista, o riso foi a via intermediária utilizada para a sua livre manifestação.

O modelo das relações raciais do Brasil marcado pela cordialidade elegeu o riso, tal como o mulato, como uma solução intermediária às suas expressões (Dahia, 2008). Essa opção politicamente não comprometedor é palco de emergência de novos e sutis discursos públicos de discriminação racial capazes de contornar a censura e a reflexão

crítica do seu conteúdo, além de não comprometer aquele que faz uso desse mecanismo como racista.

Assim, nesta dissertação nos perguntamos se: assistir a piadas pode aumentar a expressão de racismo implícito?; Piadas racistas são capazes de produzir maiores expressões de racismo implícito do que piadas não racistas?; E, a cor da pele do ator que conta as piadas impacta na expressão de racismo implícito? Para dar conta destas questões concebemos um primeiro estudo para investigar o efeito do humor nas expressões racismo implícito. Os procedimentos que adotamos, além dos resultados, serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O IMPACTO DE PIADAS NAS EXPRESSÕES DE RACISMO IMPLÍCITO: ESTUDO I

Nossa pesquisa visou explorar racismo contra negros através um instrumento que investiga racismo implícito⁵, sendo este *The Police Officer's Dilema* (Correll, Park, Judd & Winttenbrink, 2002). As hipóteses foram formuladas com base nos pressupostos teóricos apresentados nos capítulos anteriores.

3.1. Objetivos

a) Objetivo geral: analisar o impacto do humor sobre o racismo implícito

b) Objetivos específicos:

- Investigar a manifestação de racismo implícito
- Analisar o efeito do conteúdo das piadas na manifestação de racismo implícito
- Investigar o efeito da cor da pele do ator nas expressões de racismo implícito

3.2. Hipóteses:

H1: Haverá expressões de racismo implícito na amostra pesquisada manifestas por meio de um menor tempo de resposta para atirar em alvos pretos em comparação aos brancos, e por um maior tempo de resposta para não atirar em alvos pretos do que para não atirar em alvos brancos;

H2: Haverá expressões de racismo implícito na amostra pesquisada manifestas por meio de uma maior média de tiros em alvos pretos do que em alvos brancos;

H3: A estimulação do humor mediante piadas aumentará o racismo implícito dos participantes;

H4: As piadas racistas produzirão escores mais altos de racismo implícito do que as piadas não racistas;

⁵ Adotamos o jogo *The Police Officer's Dilema* como instrumento de investigação de racismo implícito em virtude da impossibilidade dos participantes identificarem o comportamento que viria a ser medido.

H5: Piadas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo implícito que piadas contadas por um ator branco;

H6: Piadas racistas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo implícito que piadas racistas contadas por um ator branco;

3.3. Método

3.3.1. Participantes

Participaram do estudo 108 estudantes universitários brancos de uma instituição particular, entre os quais 53 eram mulheres (49,1%), 52 homens (48,1%) e três participantes que não informaram o sexo (2,8%), com idades entre 17 e 44 ($M = 23.93$; $DP = 6.09$), dos cursos de direito (27,8%), fisioterapia (15%), enfermagem (13,4%), administração (9,3%), psicologia (7,2%) e os cursos de educação física, história, inglês, processos gerenciais, redes de computadores, gestão de segurança pública, petróleo e gás, logística e marketing, que foram condensados na categoria outros (26,8%).

A inclusão na pesquisa foi feita por conveniência e não houve controle de gênero. Os participantes foram contatados nos corredores da instituição por pesquisadoras treinadas. A fim de investigar as atitudes raciais apenas de pessoas brancas, a amostra teve como critério de exclusão participantes não brancos. Para tanto, uma heteroclassificação da cor da pele dos participantes foi realizada por dois juízes antes da abordagem, na ocorrência de concordância entre as respostas o sujeito era convidado a participar do estudo. Uma terceira heteroclassificação foi feita no momento da aplicação do instrumento, caso as três classificações não coincidissem as respostas do participante não seriam consideradas para compor o banco de dados deste estudo. Em virtude disto 12 participantes tiveram suas respostas descartadas do banco de dados.

3.3.2. Instrumentos e procedimentos

Os participantes foram abordados por duas aplicadoras nos corredores da faculdade nos dias 11, 12, 15, 16 e 17 de junho de 2015, e convidados a colaborar com uma pesquisa sobre humor e relações sociais. Os sujeitos, em grupos de uma a seis pessoas, foram recebidos por uma pesquisadora no laboratório da faculdade que dispunha de seis computadores. Um conjunto detalhado de instruções para os instrumentos, vídeo e jogo, foram apresentados aos participantes, incluindo os valores de pontos para cada um dos desfechos possíveis nas células do jogo. Utilizamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Anexo C) destacável, o qual foi entregue aos participantes antes do início das suas respostas.

Seguimos os aspectos éticos previstos na Resolução nº466 do Conselho Nacional de Saúde, a qual consiste em diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas com seres humanos (Ministério da Saúde, 2012). Nosso TCLE apresentava aos participantes os dados para contato com a pesquisadora responsável, bem como explicitava o caráter voluntário e anônimo do estudo, garantindo que as participações poderiam ser interrompidas a qualquer momento, por quaisquer motivos.

A Pesquisa foi descrita como sendo formada por dois estudos independentes. A primeira parte consistiu numa exposição de vídeos a grupos experimentais distintos, sendo o desenho fatorial utilizado do tipo 2 (piadas não racistas *vs.* piadas racistas) x 2 (ator branco *vs.* ator negro). Assim, os quatro vídeos eram compostos por três piadas de conteúdo não racista ou três piadas de conteúdo racista, contadas por um ator branco ou um ator negro. Além destas quatro condições experimentais, havia uma condição controle, onde um grupo de participantes não assistia a nenhum vídeo de piadas.

Para a apresentação dos vídeos utilizamos computadores e fones de ouvido, e pedimos aos participantes que apenas os assistissem. Adotamos, portanto, um

procedimento de *priming* normativo, no qual as piadas foram o meio de incitar o afrouxamento da norma antirracista, permitindo, assim maiores expressões de racismo implícito.

A seleção de piadas (Anexo D) bem como os vídeos dos atores contando-as passaram por análise de juízes.

A segunda parte do instrumento consistiu no Jogo *The Police Officer's Dilemma* de Correll e cols. (2002), um videogame que utiliza uma série de fundos e de destino de imagens, com um total de 20 imagens de origem e 80 imagens de destino. No videogame são apresentados 20 modelos homens, sendo 10 pretos e 10 brancos. Cada um destes aparece no jogo quatro vezes, sendo duas vezes portando uma arma e duas vezes portando um objeto inofensivo, com um objeto diferente e uma posição diferente de cada vez, compondo um repertório total de cinco poses básicas. Para tanto, foram utilizados como objetos inofensivos (um alumínio prateado, uma câmera prata, um telefone celular preto e uma carteira preta) e duas armas (um revólver de cano curto prata e uma pistola preta de nove milímetros). Cada um dos objetos apareceu igualmente em cada uma das cinco posturas.

As quatro imagens alvo para cada modelo foram sobrepostas aleatoriamente aos fundos de modo que cada fundo foi utilizado uma vez em cada uma das quatro condições e o modelo alvo não apareceu no mesmo fundo mais do que uma vez (Correll e cols., 2002). As imagens de fundo incluíam uma série diversificada de fotografias, como estação de trem, parques, entrada de hotel, restaurante, fachadas e calçadas de uma cidade do Canadá. Exemplos de estímulos aparecem nas figuras abaixo.

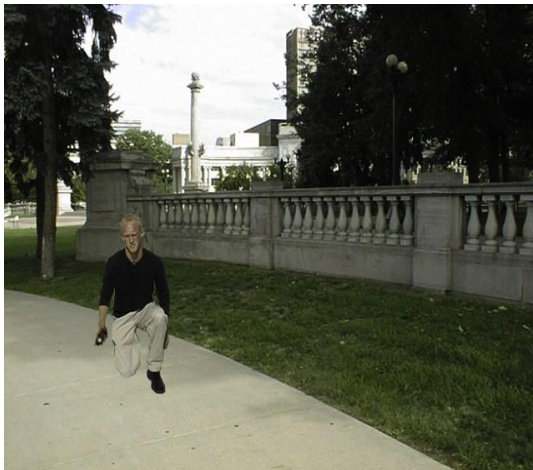


Figura 1: Imagens dos alvos apresentados no jogo “The Police Officer’s Dilema”

Nota: as figuras apresentam: um homem branco armado com um revólver de cano curto prata, um homem preto com um revólver de cano curto prata, um homem branco com um telefone celular preto e um homem preto com um alumínio prateado.

No total foram 80 ensaios no videogame, com 20 ensaios em cada célula em um desenho 2x2, criado para cruzar a cor da pele alvo com a presença de armas ou objetos inofensivos. Os ensaios iniciavam com a apresentação de um ponto de fixação, seguido de uma série de fundos vazios, sendo o número de fundos em um dado ensaio determinado aleatoriamente, variando de um a quatro. A duração de cada fundo também foi aleatória, variando de 500 a 1000 milésimos de segundos (ms). O final da série era seguido pela imagem do alvo, criada pela sobreposição do alvo na última imagem de fundo apresentada,

de modo que do ponto de vista do participante um homem simplesmente aparecia na imagem. Assim, o desenho do jogo foi concebido para que o participante nunca soubesse quando o alvo apareceria em segundo plano ou quanto uma resposta seria necessária (Correll e cols., 2002).

Para jogar, o participante deveria decidir o mais rápido possível se o objeto que o homem estava segurando era uma arma ou um objeto inofensivo. Se fosse uma arma o participante deveria atirar, não sendo uma arma o mesmo deveria recusar o tiro. Um tiro correto em um alvo segurando uma arma gerava um ganho de dez pontos, e uma rejeição de tiro correta, não atirar em um alvo segurando um objeto inofensivo, gerava cinco pontos. Um tiro em um alvo segurando um objeto inofensivo resultava numa punição de menos 20 pontos, e uma rejeição de tiro em um alvo segurando uma arma resultou em nossa pena mais dura, menos 40 pontos. Esta matriz de compensação representa a compensação experimentada por policiais na rua, em que atirar em um inocente suspeito é um erro terrível, no entanto a motivação mais forte é evitar um possível erro de identificação de arma ou alvo hostil, o que poderia resultar na morte de um oficial (Correll e cols., 2002).

Para minimizar as ausências de respostas, o jogo penalizava com menos dez pontos os participantes que não conseguissem responder a um alvo dentro de 850 ms. Esta janela de tempo foi selecionada para forçar os participantes a responderem de forma relativamente rápida. Decisões dos participantes (atirar ou não atirar) e seus tempos de reação foram registrados para cada tentativa. Ao final de cada julgamento, um *feedback* era dado ao participante informando se a sua decisão havia sido correta e mostrando-lhe o seu total de pontos cumulativos (Correll e cols., 2002).

3.3.3. Desenho

O desenho experimental utilizado foi inter-participante do tipo 2 tipo de piada (não racistas vs. racista) por 2 cor da pele (ator branco vs. ator preto). Tivemos ainda um grupo controle (condição sem piada). Os 108 participantes foram distribuídos pelas cinco condições.

Quadro 1

Distribuição dos participantes em função das condições experimentais

Cor da pele dos atores	Condição experimental		Condição controle	Total
	Piada não racista	Piada racista		
Branco	23 (10 ♂/13 ♀)	22 (6♂/ 15♀)*		
Preto	17 (14♂/ 4♀)	23 (9 ♂/11♀)*		
Total	41 (24♂/ 17♀)	45 (15♂/ 26♀)	23 (13 ♂/10 ♀)	108 (52 ♂ /53 ♀)

Nota: Na condição controle não houve manipulação das variáveis conteúdo da piada e cor da pele do ator, pois os participantes não assistiram vídeos de piadas.

Três participantes não informaram o sexo nas condições destacadas com (*)

3.3.3. Material

Foram utilizados quatro tipos de vídeos com atores contando piadas em um desenho fatorial do tipo 2 x 2. Os vídeos foram gravados com dois atores com idades aparente próximas, mesmo tipo de roupa e no mesmo dia e local a fim de minimizar variáveis intervenientes, tais como acústica e iluminação. Para a exposição dos vídeos contamos com seis computadores, também utilizados para o jogo, e seis fones de ouvido. E para a aplicação do jogo utilizamos um videogame hospedado no software *Inquisit 4.0*.

3.3.4. Pré-teste para a seleção das piadas

Para seleção das piadas realizamos um estudo no qual participaram 51 sujeitos, com idades entre 17 e 49 anos ($M = 24.7$; $DP = 8.0$), sendo 33 (16,8%) do sexo feminino,

destes 44 (86,3%) eram estudantes das ciências humanas, 4 (7,84%) das ciências exatas e 3 (5,9%) das ciências da saúde, entre os quais 21 declararam ter a cor da pele branca e 30 parda.

Os participantes foram divididos em dois grupos: 21 pessoas brancas julgaram as piadas pré-selecionadas como não racistas e 30 pessoas pardas julgaram as piadas pré-selecionadas como racistas. Como nosso interesse era entender o efeito do humor no racismo de pessoas brancas, escolhemos este grupo para pré-testar as piadas racistas. Aos juízes foi entregue uma coleção com seis piadas não racistas ou seis piadas racistas⁶. Cada juiz avaliou apenas um gênero de piadas.

Eles deveriam indicar, em um instrumento de papel e lápis, em que medida consideravam as piadas engraçadas, preconceituosas ou racistas em uma escala de amplitude entre 1 e 10, com o extremos 1 = Nada e 10 = Muito. Perguntamos aqueles que compuseram o grupo que pré-testou as piadas não racistas em qual nível considerava o conteúdo da piada apresentada preconceituoso, pois almejamos selecionar as piadas menos preconceituosas e flagrantes. Aos que responderam as piadas racistas, perguntamos qual grau considerava o conteúdo apresentado racista, em virtude de pretermos as consideradas mais racistas entre os juízes.

Realizamos um Teste t de *Student* a fim de verificar em que medida as médias dos participantes se distanciavam do ponto médio da escala (5,5). As análises indicaram que os juízes consideraram todas as piadas pouco engraçadas e pouco preconceituosas. A partir da testagem realizada, as piadas selecionadas como menos preconceituosas foram:

⁶ A pré-seleção de piadas foi feita pela pesquisadora e uma colaboradora.

Quadro 2

Seleção de piadas não racistas

Piada 1

O sujeito estava lendo tranquilamente o seu jornal, quando a mulher lhe dá com a frigideira na cabeça.

- Você está maluca? - Reagiu ele, furioso.

- Isso é pelo bilhete que eu encontrei no bolso da sua calça, com o telefone de uma tal de Marilu.

- Mas, querida... Isso foi no dia que eu fui a corrida de cavalos. Marilu foi o cavalo que eu apostei e o número era o valor total das apostas... A mulher ficou toda desconcertada e desdobrou-se em desculpas. Dias depois, ele estava novamente lendo o seu jornal e PIMBA, leva outra frigideira na cabeça.

- O que foi agora, querida? - Protestou ele.

- O seu cavalo está no telefone...

Piada 5

A professora diz pra classe:

- Crianças, hoje vamos falar uma frase onde apareça a palavra evidentemente. Primeiro você, Mariazinha!

- Eu fui brincar com a minha boneca, mas ela não estava no armário. Evidentemente, minha irmãzinha tinha tirado ela de lá.

- Muito bem. E você, Paulinho?

- Eu fui brincar com a minha bola de futebol e ela estava murcha. Evidentemente, ela tava sem ar dentro!

- Muito bem.

Olhou pro Joãozinho, que era o capetinha da turma, e disse:

- Sua vez, Joãozinho!

E o moleque:

- Meu pai pegou a revista *Time Life* e entrou no banheiro. Evidentemente, ele foi cagar, porque ele não manja porra nenhuma de inglês.

Piada 6

A mãe chamou o filho e disse:

- Filhinho! Amanhã eu vou fazer uma feijoada completa. Liga pro açougue e vê se tem tudo isso aqui!

A mãe deu a lista de ingredientes pro garoto, que telefonou para o açougue.

- É o açougueiro?

- É sim...

- O senhor tem pé de porco?

- Tenho.

- Tem orelha de porco?

- Tenho.

- Tem costela de porco?

- Tenho.

- Tem rabo de porco?

- Tenho.

- Tem focinho de porco?

- Tenho.

- Nossa, como o senhor é feio!

Tabela 1

Pré-teste seleção piadas não racistas

Piada	Grau de comicidade		Teste T contra o ponto médio (p-valor)	Conteúdo preconceituoso		Teste T contra o ponto médio (p-valor)
	Média (M)	Desvio Padrão (DP)		Média (M)	Desvio Padrão (DP)	
Piada 1	4.38	2.39	$t_{(20)} = -2,139$ ($p = .045$)	2.94	2.32	$t_{(20)} = 4,79$ ($p = .001$)*
Piada 5	3.09	2.18	$t_{(20)} = -5,035$ ($p = .001$)	3.21	2.71	$t_{(20)} = 3,66$ ($p = .002$)*
Piada 6	3.85	2.95	$t_{(20)} = -2,548$ ($p = .019$)	3.57	2.67	$t_{(20)} = 3,13$ ($p = .019$)*
Piada 2	3.1	2.45	$t_{(20)} = -4,502$ ($p = .001$)	4.2	2.61	$t_{(20)} = 2,24$ ($p = .038$)*
Piada 3	3.09	1.94	$t_{(20)} = -5,660$ ($p = .001$)	3.68	3.21	$t_{(20)} = 2,46$ ($p = .024$)*
Piada 4	2.71	2.10	$t_{(20)} = -6,076$ ($p = .001$)	5.00	3.57	$t_{(20)} = 6,07$ ($p = .550$)

Nota: Amplitude entre 1 e 10, com o extremos 1 = Nada e 10 = Muito; * $p < 0,05$.

As análises de um Teste t de Student indicaram quem os juízes consideraram as piadas pré-selecionadas por nós para compor o grupo racista como pouco engraçadas e racistas, considerando 5,5 como ponto médio da escala. A partir da testagem por juízes as piadas selecionadas como mais racistas foram:

Quadro 3

Seleção de piadas racistas

Piada 2

Um menino judeu e preto chegou pra mãe e perguntou:

- Mãe!! Eu sou mais preto ou mais judeu???

Ao que a mãe não entende a pergunte... – Por que meu filho??

- Fala mãe!! Mais preto ou mais judeu??

- Sei lá, meu filho, mas... POR QUÊ???

- É que um amiguinho meu do colégio esta vendendo a bicicleta, e eu não sei se eu pechincho ou se eu roubo.

Piada 3

Um negão ganhou na sena e chegou logo para o cara que era mais rico da cidade e disse: - Agora eu sou igual a você, porque tenho muito dinheiro.

O cara respondeu: - Igual nada, porque eu tenho uma mansão...

Então, o negão comprou um terreno ao lado do cara rico e construiu uma mansão do dobro do tamanho do vizinho e falou: - Agora eu sou igual a você, pois também tenho uma mansão enorme...

O cara respondeu: - Igual nada, porque eu tenho três carros na garagem...

O negão comprou seis carros, chegou para o vizinho e disse: - Agora eu sou igual a você, pois também tenho um monte de carros...

O cara respondeu: - Igual nada, agora você é melhor...

O negão encheu-se de orgulho e falou: - porque tenho mais carros?

-Não, é porque você tem um vizinho branco, e eu tenho um vizinho negro.

Piada 5

Numa concessionária na Barra, o cliente chega e pergunta:

- Vocês têm Ômega cinza?

O vendedor pede um minuto, se vira para a garagem e grita:

- Manoel, Ômega cinza...

O Manoel responde:

- Tem três!

O vendedor então fecha o negócio. Logo depois, outro cliente chega a loja:

- Vocês têm Golf GTI prata?

O vendedor pede um minuto, se vira novamente para a garagem e grita:

- Manoel, Golf GTI prata...

O Manoel responde:

- Tem um!

O vendedor fecha outro negócio. No final do expediente, mais um cliente chega a loja...

Vocês têm Tempra preto?

O vendedor pede um minuto, se vira para a garagem e grita:

- Manoel, Tempra preto...

E o Manoel responde:

- Prá preto tem um Fusca vermelho e uma Brasília amarela!

Tabela 2

Pré-teste seleção piadas racistas

Piada	Grau de comicidade		Teste T contra o ponto médio (p-valor)	Conteúdo preconceituoso		Teste T contra o ponto médio (5,5) (p-valor)
	Média (M)	Desvio Padrão (DP)		Média (M)	Desvio Padrão (DP)	
Piada 2	3.11	2.05	$t_{(17)} = -4,932$ ($p = .001$)	8.61	2.45	$t_{(18)} = 5,38$ ($p = .001$)*
Piada 3	3.27	2.42	$t_{(17)} = -3,895$ ($p = .001$)	8.22	2.55	$t_{(18)} = 4,51$ ($p = .001$)*
Piada 5	3.00	2.32	$t_{(17)} = -4,559$ ($p = .001$)	8.22	2.23	$t_{(18)} = 5,16$ ($p = .001$)*
Piada 6	3.12	2.47	$t_{(16)} = 3,974$ ($p = .001$)	7.11	2.71	$t_{(18)} = 2,45$ ($p = .026$)
Piada 4	3.47	2.23	$t_{(16)} = -3,737$ ($p = .002$)	6.82	2.92	$t_{(16)} = 1,86$ ($p = .080$)
Piada 1	3.66	2.44	$t_{(17)} = -3,175$ ($p = .006$)	7.27	2.65	$t_{(17)} = 2,84$ ($p = .011$)

Nota: Amplitude entre 1 e 10, com o extremos 1 = Nada e 10 = Muito; * $p < 0,05$.

3.3.5. Pré-teste dos vídeos

Para analisarmos a habilidade dos atores em contar piadas, a fim de uniformizar as condições experimentais e não interferir nas variáveis dependentes, realizamos um segundo estudo piloto no qual participaram 30 sujeitos, 15 mulheres e 15 homens, estudantes universitários, com idades entre 18 e 37 anos ($M = 23$; $DP = 4.3$). Metade da amostra julgou os vídeos do ator negro e a outra metade os vídeos do ator branco. Entre os que avaliaram os vídeos do ator branco, três identificaram a cor da pele como branca, seis como preta e seis como parda. Já entre os que avaliaram os vídeos do ator preto, quatro declararam serem brancos, quatro pretos, cinco pardos, um indígena e um participante não emitiu resposta quanto a sua cor da pele.

Solicitamos aos juízes que assistissem dois vídeos, um com a seleção de piadas não racistas e outro com a seleção de piadas racistas contadas por um mesmo ator, e que avaliasse a cor da pele do ator do vídeo. Os 15 juízes que assistiram aos vídeos de piadas contadas pelo ator branco avaliaram a cor da pele deste ator como branca. Os outros 15 juízes que assistiram aos vídeos de piadas contadas pelo ator preto avaliaram a cor da pele do ator como preta, $\chi^2 = 1.00$, $p = .60$.

Solicitamos também que avaliassem os dois vídeos, um com a seleção de piadas não racistas e outro com a seleção de piadas racistas contadas por um mesmo ator, quanto a qualidade da imagem apresentada, qualidade do áudio apresentado e o desempenho do ator em uma escala de amplitude entre 1 e 5, com extremos 1 = Péssimo(a) e 5 = Excelente.

Tabela 3

Pré-teste dos vídeos de atores contando piadas

	Tipo de piada	Cor da pele do ator	Média	Desvio Padrão
Qualidade da imagem	Não racista	Branco	4.13	0.91
		Negro	4.66	0.48
		Total	4.40	0.77
	Racista	Branco	3.80	1.01
		Negro	4.53	0.63
		Total	4.16	0.91
	Total	Branco	3.96	0.96
		Negro	4.60	0.56
		Total	4.28	0.84
Qualidade do áudio	Não racista	Branco	3.66	1.17
		Negro	4.06	0.70
		Total	3.86	0.97
	Racista	Branco	3.33	1.29
		Negro	4.06	0.79
		Total	3.70	1.11
	Total	Branco	3.50	1.22
		Negro	4.06	0.73
		Total	3.78	1.04
Desempenho do ator	Não racista	Branco	3.13	1.06
		Negro	3.80	0.86
		Total	3.46	1.00
	Racista	Branco	2.86	1.30
		Negro	3.93	0.88
		Total	3.40	1.22
	Total	Branco	3.00	1.17
		Negro	3.86	0.86
		Total	3.43	1.11

Os resultados de uma análise de variância multivariada pondo o tipo de piada (racista vs. neutra) e a cor do ator (branca vs. preta) como variáveis independentes e a qualidade da imagem, a qualidade do áudio e a capacidade do ator de contar piadas indicam que não tem efeito significativo do tipo de piada sobre a qualidade do vídeo ($M = 3.96$; $DP = 0.7$ vs $M = 4.6$; $DP = 0.5$), $F(1,59) = 1.29$, n.s.; nem efeito sobre a qualidade do áudio ($M = 3.5$; $DP = 1.22$ vs $M = 4.0$; $DP = 0.7$), $F(1,59) = .39$, n.s., nem sobre o desempenho do ator ($M = 3.0$; $DP = 1.2$ vs $M = 3.86$; $DP = 0.8$), $F(1,59) = .06$, n.s. Também não encontramos efeitos significativos na interação entre tipo de piada e cor do

ator, seja para a qualidade do vídeo, $F(1,59) = .23$, n.s., seja para a qualidade do áudio, $F(1,59) = .39$, n.s. ou da performance do ator, $F(1,59) = .55$, n.s.

No entanto, os juízes consideraram sistematicamente a imagem do vídeo do ator preto como possuindo melhor qualidade de imagem que o vídeo do ator branco nas piadas não racistas ($M = 4.66$; $DP = 0.5$ vs. $M = 4.13$; $DP = 0.9$) e nas piadas racistas ($M = 4.53$; $DP = 0.6$ vs. $M = 3.8$, $DP = 1.0$), $F(1,59) = 9.57$, $p = .003$; o áudio do vídeo do ator preto como possuindo melhor qualidade que o do ator branco nas piadas não racistas ($M = 4.0$; $DP = 0.7$ vs. $M = 3.6$; $DP = 1.1$) e nas piadas racistas ($M = 4.0$; $DP = 0.8$ vs. $M = 3.3$; $DP = 1.3$), $F(1,59) = 4.61$, $p = .036$; e o desempenho do ator preto melhor do que o do ator branco nos vídeos de piadas não racistas ($M = 3.8$; $DP = 0.9$ vs. $M = 3.1$; $DP = 1.0$) e nas piadas racistas ($M = 3.9$; $DP = 0.9$ vs. $M = 2.9$; $DP = 1.3$), $F(1, 59) = 10.38$, $p = .002$.

Consideramos que essas diferenças de desempenho do ator preto não são condições de invalidação dos vídeos, uma vez que foram sistemáticas, encontram-se nas três variáveis pesquisadas e não se referem de forma específica ao tipo de piada (racista ou neutra), tampouco ao desempenho do ator contando um tipo específico de piada. Pensamos que estes resultados reproduzem o fenômeno da assimetria positivo-negativa, que pode ser observado em inúmeros estudos que comparam brancos e negros usando medidas explícitas (ver Mummendey, Otten, Berger & Kessler, 2000), que implica numa tendência geral a avaliar mais positivamente e menos negativamente os alvos negros.

3.4. Análise dos dados

Foram conduzidas análises que serviram como base para a discussão proposta. As análises foram separadas em duas sessões com o objetivo de torná-las mais claras, sendo estas: *análise dos dados: respostas de atirar em alvos armados e não atirar em alvos*

desarmados e análise dos dados: respostas de não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados.

Na sessão das respostas *atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados* foram realizadas as seguintes análises: a) caracterização da amostra por meio de estatísticas descritivas; b) análise de variância com medidas repetidas 2x2x4 para acessar as diferenças entre as médias dos grupos experimentais; c) análise de variância com medidas repetidas 2x2x2 para acessar as diferenças entre as médias dos grupos no que se refere à influência das características dos participantes, sendo esta o sexo; d) análise de variância com medidas repetidas 2x2x4, tratando as condições experimentais como variável inter-participante e o sexo como co-variável

Na sessão *não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados* realizamos as análises; a) análise de variância com medidas repetidas 2x2x4 para acessar as diferenças entre as médias de frequências de respostas dos grupos experimentais; b) análise de variância com medidas repetidas 2x2x4 para acessar as diferenças entre as médias de latências de respostas dos grupos experimentais; c) análise de variância com medidas repetidas 2x2x2 para acessar as diferenças entre as médias dos grupos no que se refere ao sexo, como característica, dos participantes.

3.5. Resultados

Nesta sessão, serão apresentados os resultados referentes a cada uma das análises realizadas. Inicialmente, serão apresentados os dados relativos às respostas corretas emitidas pelos participantes no jogo *The Police Officer's Dilema*. Isto é, atirar em alvos que apareciam na tela do computador portando uma arma de fogo e não atirar em alvos que apareciam segurando objetos inofensivos. Em seguida, serão analisados os dados

relativos às repostas erradas dos participantes, que correspondem a atirar em pessoas desarmadas e não atirar em pessoas armadas.

3.5.1. Preparação da base de dados

Para a análise dos resultados, como proposto por Correll e cols. (2002), foram excluídos os participantes com taxas de não resposta superiores a 10% do total das apresentações ou *trials*, ou seja, aqueles que excederam a taxa dos tempos de espera de 850ms mais de 10 vezes em cada 100 avaliações. No total foram excluídos 15 participantes, que correspondem há uma exclusão de 13,8% dos ensaios de todos os participantes. As latências de respostas dos julgamentos restantes foram transformadas em médias logarítmicas para, então, calcularmos uma média entre os ensaios que ocorrem na mesma célula do desenho de pesquisa. Após a exclusão, o banco de dados final contou com 93 participantes.

3.5.2. Análise dos dados: respostas de atirar em alvos armados e não atirar em alvos desarmados

Para testar as hipóteses H1, H3, H4, H5 e H6 – as quais fazem predições sobre as expressões de racismo implícito, a estimulação do humor, conteúdo da piada e cor da pele do ator que contou as piadas sobre os escores de racismo implícito - os resultados foram submetidos a uma análise de variância com medidas repetidas.

As cinco hipóteses foram testadas por meio de uma análise de variância com medidas repetidas, tratando etnia (branco *vs.* negro) e tipo de objeto (arma *vs.* objeto inofensivo) como variáveis intra-participantes e a condição experimental (grupo controle, piada racista contada por ator branco, piada racista contada por ator negro, piada neutra contada por ator branco e piada neutra contada por ator negro) como variável inter-

participantes. A variável dependente foi o tempo para decidir se atirava ou não no alvo que aparecia na tela do computador.

Uma análise das variáveis inter-participantes, conforme os estudos do paradigma do “oficial de polícia”, revelou um efeito significativo do objeto $F(1,88) = 114.06$, $p = .001$. Consonante com Correll e cols. (2002), os nossos resultados indicaram que os participantes foram significativamente mais rápidos em fazer a decisão correta para atirar em pessoas armadas do que a decisão correta de não atirar em pessoas desarmadas ($M = 596.67$; $DP = 4.45$ vs. $M = 656.40$; $DP = 5.6$).

Os resultados das análises inter-participante não indicaram efeito da cor na decisão de tiro dos participantes, $F(1,88) = 0.03$, $p = .85$, ns. Contudo, encontramos uma interação significativa entre Cor X Objeto $F(1,88) = 4.40$, $p = .04$. Essa interação sugere que a velocidade para responder aos ensaios com arma ou objetos inofensivos dependia da cor do alvo. Encontramos diferenças nas médias dos quatro tipos de ensaios, no entanto, em função das nossas hipóteses, interessou-nos analisar apenas as diferenças encontradas entre os ensaios do alvo preto contra os ensaios do alvo branco.

Como podemos ver na figura 3, houve mais velocidade para atirar em alvos armados de cor de pele preta do que nos alvos brancos e mais lentidão para não atirar nos alvos desarmados pretos do que nos brancos. Os resultados confirmaram nossa hipótese H1, que previa maiores *expressões de racismo implícito na amostra pesquisada manifestas por meio de um menor tempo de resposta para atirar em alvos pretos em comparação aos brancos, e por um maior tempo de resposta para não atirar em alvos pretos do que para não atirar em alvos brancos*.

Este resultado também é semelhante aos encontrados por Correll e cols. (2002) em seus estudos com norte-americanos brancos, nos quais o pesquisador encontrou que os participantes disparavam mais rapidamente contra um alvo armado quando ele era preto e

decidiam não atirar mais rapidamente quando alvo desarmado era branco (Correll e. col., 2002).

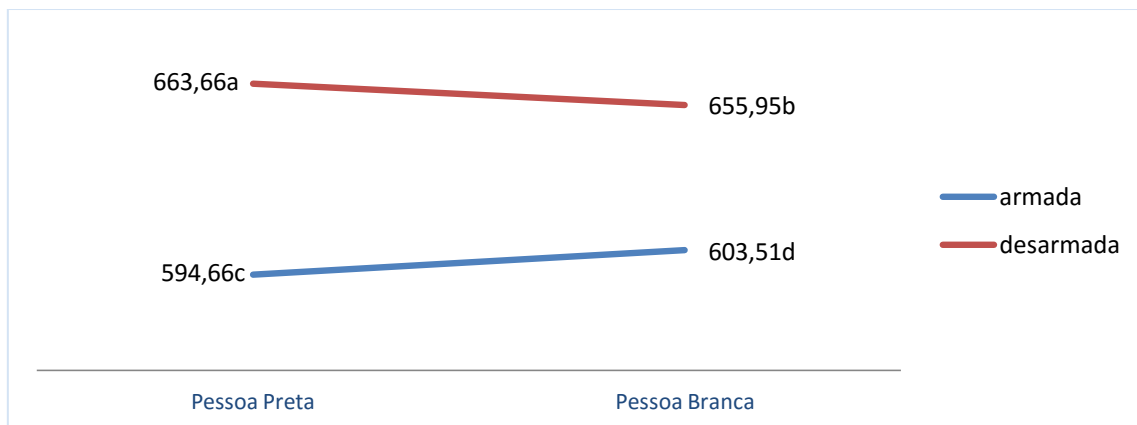


Figura 3: Tempos (em milésimos de segundo) para as tomadas de decisão em atirar na pessoa armada ou em não atirar na pessoa desarmada em função da cor da pele do alvo ($n = 93$)

Nota: médias com sobrescrito diferente diferem significativamente

A hipótese H3, *a estimulação do humor mediante piadas aumentaria o racismo implícito dos participantes*, que previa uma interação tripla entre os efeitos etnia, objeto e condição experimental foi refutada pelos resultados, $F(4,88) = 1.21$, $p = .31$, ns. Não foi possível identificar o efeito do humor no racismo implícito dos participantes.

Os resultados refutaram a hipótese H4, *piadas racistas produziram escores mais altos de racismo implícito do que as piadas não racistas*, a H5, *piadas contadas por um ator preto produziram escores mais altos de racismo implícito do que as contadas por um ator branco*, e a H6, *piadas racistas contadas por um ator preto produziram escores mais altos de racismo implícito que piadas racistas contadas por um ator branco*, que prediziam uma diferença nos indicadores de racismo implícito entre os grupos experimentais, $F(4,92) = 1.42$, $p = .28$, ns. Não foram observados efeitos quanto ao conteúdo da piada, tampouco quanto a cor da pele do ator que a contou.

Realizamos outra análise de variância com medidas repetidas tratando etnia (branco vs negro) e tipo de objeto (arma vs objeto inofensivo) como variáveis intra-participantes e

o sexo como variável inter-participante a fim de observar se características do participante poderiam causar algum efeito nos indicadores de racismo implícito. A análise indicou um efeito do sexo do participante no tempo de resposta, $F(1,89) = 4.36$, $p = .04$. As mulheres apresentaram maior latência de tempo de resposta maiores em todos os quatro tipos de células - negro armado, negro desarmado, branco armado e branco desarmado - em comparação aos homens ($M = 636.14$; $DP = 6.44$ vs. $M = 616.92$; $DP = 6.37$).

Em virtude de a nossa amostra ter apresentado uma média de idade de 23.93 ($DP = 6.09$), entendemos esta análise como uma possível maior familiaridade do sexo masculino com o universo de jogos de tiro, o que possibilita uma maior habilidade nas tarefas disponibilizadas no paradigma do “oficial de polícia”, bem como um menor tempo de reação, quando comparado as respostas do sexo feminino.

Realizamos ainda uma análise de variância com medidas repetidas tratando etnia (branco vs. negro) e tipo de objeto (arma vs. objeto inofensivo) como variáveis intra-participantes, as condições experimentais como variável inter-participante e o sexo como co-variável. Não encontramos efeitos para interação Sexo X Cor, $F(1,85) = 0.86$, $p = .35$, ns. Também não houve efeitos para interação Sexo X Objeto, $F(1,85) = 1.92$, $p = .16$, ns., tampouco para a interação Sexo X Cor X Objeto, $F(1,85) = 0.01$, $p = .97$, ns.

3.5.3. Análise dos dados: respostas de não atirar em alvos armados e atirar em alvos desarmados

Para testar as hipóteses H2, H3, H4, H5 e H6 realizamos uma análise de variância com medidas repetidas tratando etnia e objeto como variáveis intra-participantes e a condição experimental como variável inter-participantes. A variável dependente foi a resposta errada dos participantes, tanto em termos de frequência como de latência de tempo de resposta, com amplitude de zero a nove erros para cada participante.

Em consonância com os resultados encontrados por Correll e cols. (2002), a análise das variáveis inter-participantes para a média da frequência de respostas das taxas de erros revelou um efeito significativo para o objeto, $F(1,92) = 6.13$, $p = .015$, de modo que a proporção de erros quando uma arma estava presente foi menor do que a proporção de erros quando uma arma estava ausente ($M = 2.25$; $DP = 0.2$ vs. $M = 2.63$; $DP = 0.2$).

Os resultados da análise das variáveis inter-participantes não permitiram observar efeitos para a cor do alvo, $F(1,92) = 1.85$, $p = .17$, ns. No entanto, encontramos, assim como na análise das respostas certas, uma interação entre Cor X Objeto, $F(1,92) = 8.28$, $p = .005$, que confirmou nossa hipótese H2, a qual predizia que haveriam *expressões de racismo implícito na amostra pesquisada manifestas por meio de uma maior média de tiros em alvos pretos do que em alvos brancos*.

Essa interação sugere que os participantes erravam mais em atirar em um alvo desarmado quando ele era preto do que quando ele era branco, já quando os alvos estavam armados os participantes erravam mais em não atirar quando ele era branco do que preto. As médias das frequências de resposta para atirar e não atirar em alvos pretos ou brancos aparecem na figura 4.

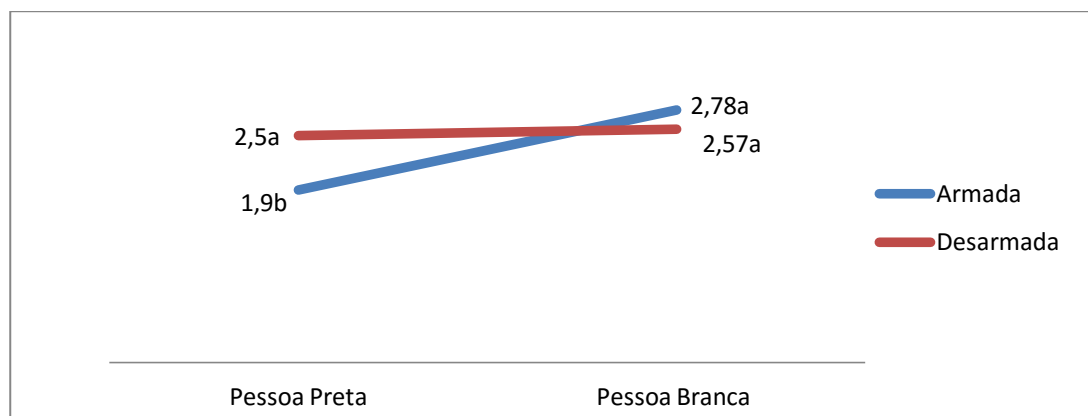


Figura 4: Taxas de erro (frequências) para as tomadas de decisão em atirar na pessoa desarmada ou em não atirar na pessoa armada em função da cor da pele do alvo (n= 93)

Nota: médias com sobrescrito diferente diferem significativamente

Os resultados da análise das respostas erradas refutaram a hipótese H3, *a estimulação do humor mediante piadas aumentaria o racismo implícito dos participantes*, que predizia uma interação tripla entre os efeitos etnia, objeto e condição experimental, $F(4,88) = 1.21$, $p = .31$, ns. Desse modo, também não foi possível observar nesta análise um efeito do humor no racismo implícito dos participantes.

Os resultados também refutaram a hipótese H4, *piadas racistas produzirão escores mais altos de racismo implícito do que as piadas não racistas*, a hipótese H5, *piadas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo implícito do que as contadas por um ator branco*, e a hipóteses H6, *piadas racistas contadas por um ator preto produziram escores mais altos de racismo implícito que piadas racistas contadas por um ator branco*, as quais previam uma diferença nos indicadores de racismo implícito entre os grupos experimentais, $F(4,92) = 1.14$, $p = .34$, ns. Não encontramos, também nesta análise, efeitos quanto ao conteúdo da piada, bem como quanto a cor da pele do ator que a contou na frequência de respostas erradas dos participantes.

Assim como para as respostas corretas, realizamos uma análise de variância com medidas repetidas tratando cor da pele (branca vs preta) e tipo de objeto (arma vs objeto inofensivo) como variáveis intra-participantes e o sexo como variável inter-participante. Entretanto, a análise indicou não haver efeito do sexo do participante na latência de tempo das respostas erradas, $F(1,52) = 2.30$, $p = .13$, ns.

Realizamos ainda uma análise de variância tratando cor, tipo de objeto e condição experimental para a média da latência das respostas erradas dos participantes. Observamos um efeito tendencial das condições experimentais nas latências de resposta dos participantes, $F(4,50) = 2.33$, $p = .07$. Para identificarmos esse efeito realizamos um teste *post hoc* (LSD).

As análises nos permitem observar, de modo geral, um efeito do humor no tempo de decisão de tiro dos participantes, mas esse efeito não nos permite confirmar nenhuma das nossas hipóteses. De modo geral os participantes do que assistiram aos vídeos do ator branco contando piadas racistas responderam mais rápido que os participantes que assistiram aos vídeos do ator preto contando piadas não racistas e do ator preto contando piadas racistas.

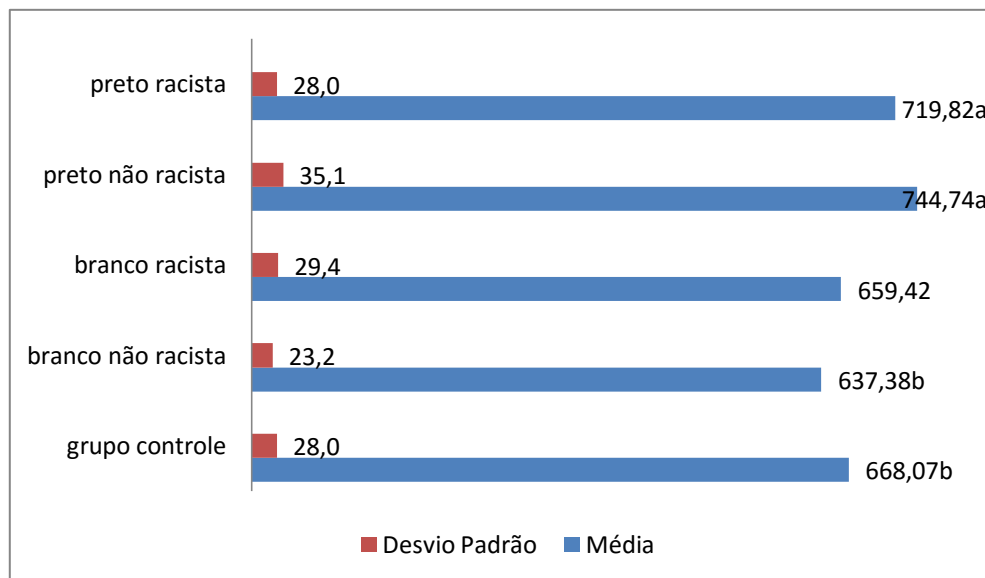


Figura 5: Média e Desvio Padrão das médias de latências de tempo em cada condição experimental

Nota: médias com sobrescrito diferente diferem significativamente (Post Hoc LSD $p < .05$).

Em consonância com os resultados encontrados por Correll e cols.. (2002), a análise das variáveis inter-participantes para a latência das respostas erradas não indicou efeitos para do objeto $F(1,50) = 1.35$, $p = .25$, ns. Também não houve efeitos significativos para a cor do alvo $F(1,50) = 0.33$, $p = .56$, ns., tampouco para a interação entre cor do alvo e objeto $F(1,50) = 0.18$, $p = .67$.

3.6. Discussão

Neste estudo tínhamos o objetivo de analisar o impacto do humor no racismo implícito contra negros. Nossos resultados não apresentaram efeito do humor, sobretudo do humor racista, no racismo implícito dos participantes. Contudo, verificamos uma influência da cor da pele do suspeito sobre a decisão de atirar do participante, tanto na velocidade quanto na precisão, confirmando, assim, nossas hipóteses referentes ao paradigma.

Esses resultados, congruentes com outros estudos do paradigma *shooter bias* (Correll e cols., 2002; 2005; 2007; 2015; Plant e cols., 2005; Kahn e cols., 2010), sugerem que os participantes utilizam o estereótipo, ou esquema, de que os negros são violentos para resolver a ambigüidade dos estímulos-alvo, e, dessa forma, responder com maior rapidez e precisão para estereotipar alvos coerentes (negros armados e brancos desarmados) do que estereotipar alvos incoerentes (brancos armados e negros desarmados).

Esse efeito (*shooter bias*) é consistente com os estudos de Payne (2001), que encontrou que os participantes respondiam mais rápido às ferramentas quando precedidas por uma face branca e mais tardiamente quando precedido por uma face negra. Nessa mesma direção, os participantes respondiam as armas mais rapidamente quando precedidas por uma face negra e com mais lentidão quando precedidas por uma face branca. Apesar das diferenças metodológicas entre os dois paradigmas, ambos revelam um efeito evidente da cor da pele do alvo sobre reações às armas. Isto é, a cor da pele do alvo influencia a decisão de tiro, principalmente, porque traços associados ao estereótipo do negro, como violento ou perigoso, podem atuar como um esquema para influenciar percepções de um alvo ambigüamente ameaçador.

Os dados obtidos por Correll e cols. (2002) e Payne (2001) condizem com a realidade norte-americana, na qual a associação estereotipada entre negros e violência é evidente. No Brasil, devido às peculiaridades que subjazem o nosso racismo, a associação estereotípica entre os negros e a violência não emerge com tanta força como nos Estados Unidos. No entanto, nosso estudo mostra que, ainda que tenhamos dimensões diferentes nas expressões do racismo, a associação suscitada no paradigma produziu mudanças no julgamento e no tempo de reação dos participantes.

Todos esses dados parecem indicar que, de uma maneira geral, quando um cidadão comum, ou mesmo um policial, vê um negro, ele não vê uma pessoa, mas um elemento de um grupo ao qual associa imediata e inconscientemente o estigma da suspeição e violência (Lima e cols., 2006). Desse modo, a atitude de um indivíduo negro, principalmente quando ela é negativa, é generalizada e atribuída a uma coletividade racializada, enquanto que a de um homem branco normalmente representa a ele mesmo.

A preocupação de que esse viés se estende a policiais e instituições de justiça criminal têm atraído atenções nas áreas da psicologia, sociologia, teoria da decisão, neuropsicologia, entre outras. Essa preocupação se justifica a partir dos resultados de pesquisas que indicam que as minorias raciais são proporcionalmente mais prováveis de serem baleadas pela polícia do que os brancos (Correll e cols. 2002; 2006; Payne, 2001).

Algumas teorias criminológicas tentam explicar esse padrão (Goldkamp, 1976; James, Klinger & Vila, 2014). Uma delas afirma que as minorias são mais propensas a serem alvejadas porque os policiais têm atitudes preconceituosas que os levam a perceber minorias como mais ameaçadoras e violentas, independente de outras variáveis (Jacobs & O'Brien, 1998). A este respeito, já na década de 1970, Takagi (1974) constatou que em proporção a população de jovens mortos pela polícia nos Estados Unidos, os jovens negros apresentam uma taxa de morte de 15 a 30 vezes maior que os jovens brancos. Experiências

reais por trás de estatísticas como esta sugerem que “a polícia tem um dedo no gatilho para os brancos e outro para os negros” (Takagi, 1974, p. 30).

As estatísticas brasileiras não apresentam um quadro diferente. Uma pesquisa realizada no estado de São Paulo encontrou que os negros são a maioria das vítimas de mortes praticadas por policiais (61%), especialmente entre os jovens, mais da metade da população das vítimas (57%) tinha menos de 24 anos, sendo em quase sua totalidade homens (97%). Os resultados da ação policial refletem ainda que, no ano de 2011, em cada grupo de 100 mil negros 1,4 foi vítima de ação letal da polícia; enquanto que num grupo de 100 mil brancos a taxa de letalidade por ação policial é 0,5 (Sinhoretto, Schlittler & Silvestre, 2016). Para as autoras, além da produção da desigualdade racial na letalidade policial, os dados alertam que a vigilância policial é operada de modo racializado.

De acordo com o Mapa da Violência no Brasil, entre os anos de 2002 a 2012 a tendência nos homicídios por raça/cor foi unívoca: queda dos homicídios brancos e aumento dos homicídios negros. O índice de vitimização da população negra passou de 73% em 2002, para 146,5% em 2012. Isto é, morreram proporcionalmente 146,5% mais negros que brancos, o que representa um aumento de 100,7% da vitimização da população negra.

Entre os jovens a situação é ainda mais preocupante, a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que um branco (IPEA, 2013). O índice de vitimização negra total passou de 79,9% em 2002 para 168,6% em 2012, representando um aumento de 111% na vitimização de jovens negros (Waiselfisz, 2014).

Em Sergipe, o índice de vitimização da população jovem negra chega a 824%, dados tão contundentes que colocaram Sergipe entre os cinco estados com maior vitimização da população negra. Em 2002, foram assassinados 27.3 negros para cada 100

mil habitantes, contra 14.3 brancos. Em 2010, os dados indicam que 41.2 negros foram assassinados para cada 100 mil habitantes, contra 9.9 brancos (Waiselfisz, 2012). Em 2012, os dados são ainda mais graves, foram assassinados 55.1 negros para cada 100 mil habitantes, contra 12.1 brancos (ver Waiselfisz, 2014).

Todos esses dados alertam que a violência no Brasil tem cor. Ainda que saibamos que o fenômeno da violência não deve ser dissociado do contexto de exclusão e vulnerabilidade social (Young, 2001), não se pode negar que existem fatores que atuam na automaticidade dos estereótipos, causando distorções nos julgamentos de ameaça e perigo, que por vezes incidem sobre a vida ou a morte de alguém.

No tocante aos resultados das hipóteses referentes ao impacto do humor, sobretudo do humor racista, nas expressões de racismo implícito dos participantes não observamos esse efeito nas respostas dos participantes. Entretanto, percebemos nas respostas erradas dos participantes que o humor exerceu um efeito na latência de tempo de resposta, ainda que esse efeito não esteja relacionado a maiores expressões de racismo.

A não corroboração dessas hipóteses não indica que os fenômenos discutidos neste trabalho - o racismo e o humor como instrumento de deslegitimação do outro - não se fazem presentes em nosso contexto, tampouco que não existe impacto das piadas racistas nas práticas sociais dos brasileiros. Ainda que não tenhamos encontrado estudos sobre o impacto do humor racista em práticas sociais, a literatura aponta que o humor tem servido como mecanismo de expressão de preconceitos e racismo, e que esse mecanismo produz efeitos negativos no bem-estar psicológico dos alvos tanto quanto comentários abertamente hostis (Cabrera, 2014; Dahia, 2010; Harwood, Browne Hunt, Mendenhall & Lewis, 2010; Pèrez, 2013; Sue, 2010).

No entanto, os *primings* normativos que utilizamos, as piadas, não apresentaram o impacto esperado, talvez por não terem sido robustos o suficiente para exercer efeito nos

participantes (Doyen, Kelin, Pichon & Cleermans, 2012), ou ainda devido ao fato das normas incidirem de forma mais efetiva sobre os processos controlados de informação quando comparados aos automáticos. Assim, a suspensão da norma antirracista pelo humor pode não ter afetado a expressão de racismo implícito porque esta não era consciente, e, por isso, não precisaria de uma “ratificação” da norma.

Os nossos resultados indicaram ainda um efeito do sexo do participante na latência de tempo das respostas corretas. As mulheres apresentaram maior tempo de resposta para responder aos ensaios em comparação aos homens. Segundo a pesquisa Game Brasil (Sioux/Censo Gamer - 2016), *survey* realizado com amostra representativa da população brasileira com o objetivo de traçar o perfil do *Gamer* brasileiro, 52,6% jogadores brasileiros são mulheres. Entre as categorias preteridas por sexo, ainda segundo a pesquisa, as mais escolhidas entre as mulheres são estratégia, cartas, trívia e corrida; enquanto que os homens escolhem com maior frequência ação, tiro, esportes, estratégia e corrida.

Os dados da pesquisa do perfil do *Gamer* brasileiro indicam que as mulheres ultrapassaram os homens no hábito de jogar algum eletrônico. No entanto, as principais categorias de jogos escolhidas por essa população não apresentam elementos de confronto, o contrário das escolhas dos homens brasileiros. Diante de tais dados, compreendemos o efeito do sexo na latência das respostas corretas como uma possível maior familiaridade do sexo masculino com elementos de confronto presentes no universo dos jogos de tiro, categoria utilizada no paradigma *shooter bias*. Essa maior familiaridade possibilitou uma maior habilidade nas tarefas disponibilizadas no paradigma, bem como um menor tempo de reação, quando comparado as respostas do sexo feminino.

Em conclusão, vimos que o humor não atuou como fator de impacto no racismo implícito dos participantes. Mas, e quando os indivíduos têm controle sobre suas respostas, o humor poderia exercer efeito no racismo? Com base no conjunto de resultados obtidos

neste capítulo, pensamos num estudo complementar que aborda o racismo em sua dimensão explícita ou controlada. Além de verificar esta outra dimensão do racismo, interessou-nos investigar como ela se relaciona com o *priming* normativo que utilizamos no primeiro estudo.

CAPITULO IV

O IMPACTO DE PIADAS NAS EXPRESSÕES DE RACISMO EXPLÍCITO: ESTUDO II

No primeiro estudo, analisamos o racismo implícito dos participantes por meio do Jogo *The Police officer's Dilema*, e também o efeito do humor na expressão do racismo implícito. Nossos resultados não confirmaram a hipótese geral do estudo, a qual previa um efeito do humor sobre o racismo implícito devido o fato das normas sociais incidirem apenas sobre processos controlados de informação e não sobre os processos automáticos. Estes resultados deixaram em aberto uma hipótese concorrente que indagava sobre o efeito do humor no racismo explícito. Desse modo, este estudo tem o objetivo de investigar o impacto do humor nos processos controlados de resposta. Para tanto, neste segundo estudo, introduzimos uma medida de racismo explícito, a Escala de Racismo Moderno desenvolvida por McConahay, Hardee e Batss (1981) e adaptada para o Brasil por Santos, Gouveia, Navas, Pimente e Gusmão (2006), com os objetivos que detalhamos a seguir.

4.1. Objetivos

- a) Objetivo geral: analisar o impacto do humor no racismo explícito
- b) Objetivos específicos:
 - Investigar a manifestação de racismo explícito
 - Analisar o efeito conteúdo das piadas na expressão de racismo explícito
 - Investigar o efeito da cor da pele do ator que conta as piadas na expressão de racismo explícito

4.2. Hipóteses:

H1: Não será constatado preconceito explícito contra negros;

H2: A estimulação do humor mediante piadas aumentará os escores de racismo explícito dos participantes;

H3: As piadas racistas produzirão escores mais altos de racismo explícito do que as piadas não racistas;

H4: Piadas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo explícito que piadas contadas por um ator branco;

H5: Piadas racistas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo explícito que piadas racistas contadas por um ator branco;

4.3 Método

4.3.1 Participantes

Participaram do estudo 156 estudantes universitários brancos de duas instituições de ensino superior, sendo 79 homens (50,6%), com idades entre 18 e 54 anos ($M = 24.61$; $DP = 7.04$), dos cursos de educação física (61,1%), letras (14,8%), serviço social (7,4%) ciências biológicas (2,7%), e os cursos de nutrição, psicologia, medicina, enfermagem, farmácia, história, direito, economia, administração, ciência da computação, engenharia da computação e mecânica industrial, que foram condensados na categoria outros (14,1%).

A inclusão na pesquisa foi por conveniência e não houve controle de gênero. As aplicações foram realizadas com alunos em salas de aula em horários cedidos pelos professores. A amostra apresentou como critério de exclusão participantes não brancos. Para isso, a cor do participante foi definida a partir de heteroclassificações realizadas por três juízes. Apenas na ocorrência de concordância entre as três classificações de cor da pele os dados do participante seriam indexados ao banco de dados final do estudo. Em virtude disto, 75 participantes tiveram as suas respostas descartadas do banco de dados por serem classificados com outra cor de pele que não a branca.

4.3.2. Instrumento

Para investigar as atitudes raciais explícitas dos participantes utilizamos a Escala de Racismo Moderno (McConahay, Hardee & Batss, 1981). A escala pretendeu identificar como a amostra compreende o fenômeno do racismo no Brasil, bem como o perfil dos respondentes quanto à idade, sexo e curso. Nela, o respondente deveria indicar em que nível concorda ou discorda do conteúdo expresso, a partir de uma escala do tipo Likert, com sete alternativas de resposta, de amplitude entre 1 e 7, com os extremos: 1 = Concordo totalmente e 7 = Discordo totalmente.

De acordo com McConahay (1986), o racismo apresenta quatro concepções principais, sendo estas: a discriminação é considerada uma coisa do passado, pois os negros agora são livres para competir no mercado e possuir os bens que puderem arcar; os negros estão ocupando, rápido e fortemente, espaços nos quais eles são indesejados; essas demandas não são justas; e, conseqüentemente, as suas conquistas recentes não têm mérito, as instituições sociais estão dando mais importância e prestígio aos negros do que eles realmente merecem.

Nesta perspectiva foi desenvolvido um instrumento para mensurar o componente cognitivo das atitudes raciais (Santos e cols., 2006), que está diretamente relacionado com o afetivo. Para McConahay e cols. (1981), o fato de essa medida cobrir aspectos mais sutis e indiretos a torna menos suscetível ao viés de resposta denominado desejabilidade social, e, portanto menos reativa quando comparada a medidas convencionais de preconceito.

Consideramos esta escala como medida no presente estudo por apresentar itens cujo conteúdo mais se aproxima da cultura brasileira. Para este estudo adaptamos todos os itens da escala com a inserção do sujeito “os negros” nas orações, com exceção do item “Estão em moda suas danças pela sensualidade que expressam” que foi excluído (Anexo C).

4.3.3. Procedimentos

Os participantes foram convidados a colaborar com uma pesquisa sobre humor e relações sociais em salas de aula, após autorização prévia dos professores que ministravam no momento. A coleta de dados aconteceu entre os meses de novembro de 2015 a fevereiro de 2016 em duas instituições de ensino superior de Sergipe

Assim como no estudo anterior, um conjunto de instruções para os instrumentos, vídeo escala, foram apresentados. Informamos que a pesquisa era formada por dois instrumentos independentes. No primeiro seria pedido que apenas assistissem a um vídeo, e em seguida responderiam a um questionário, no qual deveriam indicar o seu nível de concordância com os enunciados apresentados.

Utilizamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE; Anexo C) destacável, que os participantes separavam e mantinham consigo antes do início das respostas. Nosso TCLE apresentava aos participantes os dados para contato com a pesquisadora responsável, bem como explicitava o caráter voluntário e anônimo do estudo, garantindo que as participações poderiam ser interrompidas a qualquer momento, por quaisquer motivos.

4.3.4. Desenho

O desenho experimental foi o mesmo utilizado no Estudo 1, sendo este inter-participante do tipo 2 (piadas racistas vs. piadas neutras) por 2 (ator branco vs. ator negro). Tivemos ainda uma condição que não foram apresentadas piadas, sendo esta a condição controle. Os 81 participantes foram distribuídos pelas condições experimentais.

Quadro 4

Distribuição dos participantes em função das condições experimentais

Cor da pele dos atores	Condição experimental		Condição controle	Total
	Piada não racista	Piada racista		
Branco	19	17		
Preto	13	16		
Total	32	33	16	81

Nota: Na condição controle não houve manipulação das variáveis conteúdo da piada e cor da pele do ator, pois os participantes não assistiram vídeos.

4.3.3. Material

Foram utilizados quatro tipos de vídeos com atores contando piadas em um desenho fatorial do tipo 2 x 2. Os vídeos são os mesmos utilizados no Estudo 1. Para a exposição dos vídeos contamos com um computador, caixas de reprodução acústica e *datashow* para projeção da imagem.

4.4. Resultados

Os resultados foram submetidos a uma análise de variância com medidas repetidas a fim de testar as hipóteses H1, H2, H3 e H4, as quais fazem previsões sobre a estimulação do humor, conteúdo da piada e cor da pele do ator que conta sobre os escores de racismo explícito.

A escala foi submetida a uma análise de consistência interna. Os resultados apontam um alfa de 0,72, que indica consistência interna moderada, e a média de respostas de 4.74 (DP = 0.77). Esse valor está significativamente acima do ponto médio da escala (4), $t(72) = 8.20, p = .000$, que indica ausência de racismo explícito, confirmando assim a nossa hipótese H1 - *não será constatado preconceito explícito contra negros*.

Com o objetivo de testar a nossa hipótese H2 realizamos uma ANOVA de um fator para testar o efeito dos contextos com piada (grupos experimentais) e sem piada (grupo

controle) no racismo explícito. Os resultados indicaram não haver diferenças significativas entre os escores dos participantes nos contextos com piadas e sem piada, $F(1,72) = 0.42$, $p = .83$, ns., o que refutou nossa hipótese H2, a qual afirmava que *a estimulação do humor mediante piadas aumentará o racismo explícito dos participantes*.

Para testar as hipóteses H3, H4 e H5 realizamos uma ANOVA de um fator para testar o efeito das condições experimentais no racismo explícito. A hipótese H3 prevê que *as piadas racistas produzirão escores mais altos de racismo explícito que as piadas não racistas*. De acordo com a hipótese H4, *as piadas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo explícito que as piadas contadas por um ator branco*. Enquanto que a hipótese H5 afirma que *as piadas racistas contadas por um ator preto produzirão escores mais altos de racismo explícito que piadas racistas contadas por um ator branco*.

Os resultados indicaram também não haver diferenças estatisticamente significativas entre os escores de racismo explícito dos grupos experimentais de piadas racistas e não racistas, refutando assim a nossa hipótese H3. Não encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os escores de racismo explícito dos grupos experimentais de piadas contadas pelo ator preto e contadas pelo ator branco, o que rejeitou a nossa hipótese H4. Também os resultados da análise que testou os escores de racismo explícito dos grupos experimentais de piadas racistas contadas pelo ator preto e piadas racistas contadas pelo ator branco não nos permite corroborar a hipótese H5. Desse modo, os resultados dos testes indicam não haver efeito das condições experimentais sobre as respostas dos participantes, $F(4,68) = 1.38$, $p = .24$, conforme indicado na figura 5 abaixo.

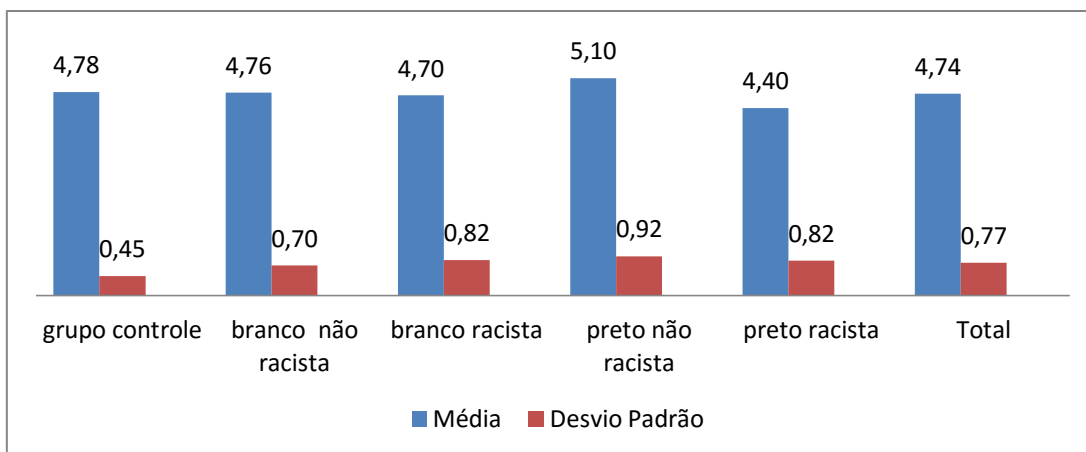


Figura 6: Médias e Desvios Padrão dos escores totais para a Escala de Racismo Moderno em cada condição experimental

4.5. Discussão

No período abolicionista e pós-abolicionista, a discriminação da população negra era explícita e embasada em teorias científicas que legitimavam as diferenças entre os grupos étnicos, a fim de uma manutenção das relações sociais estabelecida no período escravocrata (Guimarães, 2004). Com a emergência dos princípios de igualdade e liberdade defendidos pelas democracias e da legislação antirracista, uma nova forma de expressão do racismo foi delineada, coerente às novas normas sociais (Lima & Vala, 2004).

As formas de racismo mais explícitas foram substituídas por expressões mais sutis, que mantêm as atitudes discriminatórias sem, contudo, ferir a norma social antirracista (Lima, 2011; Pereira & Vala, 2007; Camino e cols., 2001). Posto isto, e diante do aumento da escolarização da população em geral, não é esperado que as pessoas apresentem quaisquer manifestações de racismo explícito, como, de fato, verificamos. Contudo, esperávamos que o humor, sobretudo o humor racista, suspendesse a norma antirracista, dessa forma os escores obtidos difeririam entre os grupos experimentais e o controle, o que não se verificou. Os escores obtidos na Escala de Racismo ilustram essa

questão. Os grupos não diferiram entre si, os participantes apresentaram níveis de expressões próximos, sendo estas abaixo do ponto médio da escala, que indica ausência de racismo explícito. Assim, ao posicionar-se frente a questões relativas às relações raciais, coerente com a norma social antirracista, todos os participantes apresentaram uma postura não racista.

Acreditamos que esses dados não confirmam a ausência do fenômeno no cotidiano, mas demonstra que cada vez menos o racismo é expresso abertamente, o que dificulta a apreensão do racismo por meio de escalas, por mais sutis que elas pareçam. A diminuição do racismo é mais aparente do que real, as pessoas adaptam suas ações explícitas de acordo com as pressões de uma legislação antirracista. Alguns estudos apresentam um modelo de expressão mais “civilizado” e igualitário para o fenômeno (Vala, 1999; Wiervioka, 2007). Esse modelo de expressões do racismo se caracteriza pelo seu encobrimento, por conter um caráter ostensivamente não racista até mesmo para aqueles que partilham de tais crenças.

Podemos pensar, ainda, que esses resultados fazem parte de uma “formação reativa” do racismo e do preconceito racial brasileiro observado por Camino e cols. (2001), na qual os indivíduos apresentam um duplo padrão de avaliação para as atitudes raciais pessoais e coletivas. Apresentam consciência da discriminação racial vivida no Brasil, mas atribuem essa responsabilidade ao outro. Desse modo, quando sondados a respeito das suas atitudes raciais, pessoais os indivíduos negam a existência de atitudes preconceituosas, enquanto que reconhecem nos brasileiros a existência do preconceito racial e do racismo. Esse mecanismo, para Camino e cols. (2001), tem como objetivo preservar a discriminação racial vigente desde a escravidão, bem como retirar dos cidadãos o sentimento de responsabilidade pela situação.

As piadas, utilizadas como *primings* normativos, também neste estudo não exerceram o impacto esperado. Assim como no estudo 1, os *primings* normativos apresentados podem não ter sido robustos o suficiente para exercer o efeito esperado (Doyen, Kelin, Pichon & Cleeremans, 2012), questões referentes ao contexto de sala de aula que impossibilitou uma manifestação mais efetiva (Simons, 2014), ou ainda devido a não efetiva apreensão do intervalo cognitivo de duração da suspensão da norma antirracista. Isto é, a apresentação das piadas e do instrumento em intervalos de tempo distintos pode ter dificultado a apreensão do impacto do humor que, por conseguinte, causaria a suspensão da norma antirracista por um breve intervalo de tempo. Ademais, o número de participantes alocados em cada grupo experimental é relativamente baixo, o aumento deste número poderia dar maior certeza do impacto dos *primings* normativos.

CAPITULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos o racismo e o humor como mecanismo de deslegitimação do outro. O humor produzido no contexto brasileiro faz uso da estereotipação de pessoas, provocando o riso a partir de um olhar destituído que desumaniza e despersonaliza indivíduos ao aproximá-los de objetos ou animais. A negação da plena humanidade para os outros lhes atribuindo características de animais e a não percepção desse outro como possuidor de uma dimensão psicológica (Haslam, 2006; Lima, 2011) são fenômenos muito presentes no conteúdo das piadas de cunho racial.

Nossos pressupostos teóricos propunham que piadas racistas poderiam atuar como instrumento de suspensão da norma social antirracista. Abordamos as práticas ofensivas presentes nesses discursos como um conjunto de compreensões socialmente compartilhadas que os tornam inteligíveis e engraçados, e ressaltamos que o contexto de fundo que lhes atribui sentido e graça, é o mesmo que atua na suspensão da norma antirracista.

Contudo, os nossos resultados, diferentemente do que esperávamos, não apresentaram impacto do humor nas expressões de racismo implícito e explícito dos participantes, o que, no entanto, não permite uma conclusão categórica sobre o impacto das piadas, sobretudo as racistas, nas expressões de racismo dos brasileiros.

Acreditamos que a ausência do impacto do humor nas expressões de racismo se deve ao fato de o instrumento ter sido apresentado aos participantes num momento posterior ao *priming* normativo das piadas. Apresentávamos as piadas num dado momento, elas atuavam na suspensão da norma social antirracista, que por seguinte era reconfigurada e, somente após a reconfiguração os nossos instrumentos foram apresentados.

Interpretamos esta ausência à luz da teoria *rebound effect* (Macrae, Bodenhausen, Milne & Jetten, 1994), que diz respeito ao fato de que, quando determinada pessoa suprime as suas atitudes raciais num dado momento, numa ocasião posterior estas são apresentadas de uma forma mais saliente do que se não tivessem sido anteriormente suprimidas. Posto isto, consideramos que, em nosso estudo, o *priming normativo* apresentado trazia o racismo por meio do humor de forma explícita e, conseqüentemente, suprimia os efeitos negativos e normativos associados ao racismo. Desse modo, após a supressão desse conteúdo, a norma social antirracista, que por hora estava ausente, emergia com maior força.

Por exemplo, imagine uma situação hipotética na qual um indivíduo, que se reconhece como não preconceituoso e igualitário, escuta uma piada racista flagrante e dela ri. Naquele momento, o humor atou na suspensão da norma social antirracista por um determinado intervalo de tempo, o que permitiu que achasse aquela piada engraçada. Mas, em seguida, esta mesma pessoa percebe o conteúdo ofensivo expresso naquele discurso cômico e se sente constrangida por seu riso. Neste momento, a norma antirracista, que por hora estava suspensa, emerge e se recompõe com maior força (*rebound effect*). Assim, ao apresentarmos os instrumentos noutro intervalo de tempo, a norma antirracista dos participantes já havia sido reconfigurada e se apresentava tão saliente quanto na condição controle.

Consideramos, então, que o tempo de duração da risada possa ser também o tempo de suspensão da norma antirracista, hipótese concorrente que tencionamos investigar em estudos posteriores. Nesse sentido, julgamos pertinente a realização de outro estudo em que as piadas e instrumentos sejam apresentados concomitantemente, ou ainda que seja solicitado ao próprio participante contar uma piada racista, objetivando tornar o *priming* crônico a partir de um maior esforço cognitivo (Maio, Olson, Allen & Bernard, 2001).

Desse modo, instrumentos que investiguem a duração da risada, o momento em que ela emerge, bem como o esforço cognitivo dispensado na tarefa poderão possibilitar uma melhor investigação dos contextos de suspensão das normas sociais.

Na Psicologia Social, a análise do impacto dos fatores contextuais e normativos nas atitudes implícitas e explícitas tem sido investigada por um conjunto de estudos (e.g. França & Monteiro, 2004; Lima, 2002; Pereira & Vala, 2007; Wittembrink, Judd & Park, 2001). Todavia, a investigação não tem analisado os contextos de suspensão das normas sociais e a duração dessa suspensão.

Neste ponto, destacamos a importância da investigação desses contextos de suspensão das normas sociais, bem como a duração da suspensão, pois este parece ser o momento em que atitudes e comportamentos hostis contrários as normas sociais e legais mais emergem. Identificar os contextos de suspensão e o momento em que a norma social é suspensa permite uma melhor compreensão de comportamentos hostis de inúmeras naturezas, sendo estas contribuições pertinentes não somente a psicologia social, como também as áreas jurídicas e da neurociência.

Destacamos, também, que nossos resultados do jogo *The Police officer's dilemma*, assim como as demais pesquisas que testaram o paradigma, indicaram expressões de racismo implícito no grupo estudado. Os participantes dispararam mais rapidamente contra um alvo armado quando ele era preto e decidiam não atirar mais rapidamente quando alvo desarmado era branco. Somado a isto, atiraram, indevidamente, com maior frequência em alvos pretos desarmados do que em alvos brancos desarmados. Assim, os dados sugerem que os estereótipos raciais desempenham um viés na detecção de conflito e percepção de ameaça, de modo que os alvos pretos são percebidos como mais ameaçadores que os brancos.

Contudo, a realidade refletida nos resultados não é exclusiva dos laboratórios pesquisa. Em fevereiro de 2015, Alan de Souza Lima⁷, adolescente negro de 15 anos, recebeu um tiro de policiais militares na comunidade da Palmeirinha, subúrbio do Rio de Janeiro, enquanto conversava com amigos e filmava a conversa por um aparelho celular. Segundo os policiais envolvidos no caso, Alan, que acabou gravando a própria morte, foi confundido com um bandido. Os nossos dados, assim como as estatísticas brasileiras, sugerem que em situações nas quais a tomada de decisão deve ser realizada em frações de segundos a cor da pele atua como um viés na decisão para atirar.

A compreensão sobre os mecanismos básicos que fundamentam o *shooter bias* permite entender como esse viés pode atuar nas decisões policiais do mundo real. Destacamos, assim, o contexto da ação policial como um campo fértil e de alto impacto para investigação do viés racial nas decisões de tiro, a fim de compreender os processos que traduzem as atitudes raciais em comportamento discriminatório. Consequentemente o trabalho com a polícia por meio de uma intervenção continuada permitiria entender melhor o efeito *shooter bias* e, mais importante, aprender estratégias mais produtivas para combatê-lo.

Em que se pesem as limitações, acreditamos que as piadas utilizadas, por apresentarem o formato de anedotas da década de 1990, podem ter contribuído na ausência de impacto do humor. A nossa amostra parece ter apresentado baixa identificação com este formato de recurso humorístico, que utiliza e reproduz formas de riso advindas do circo e da caricatura grotesca. Escolhemos este formato de piadas por elas apresentarem início e fim demarcados, além de, normalmente, vincularem o seu clímax a um único objeto de riso, o que nos permitiria um maior controle das variáveis. No entanto, parece-nos que as piadas provenientes do *Stand up Comedy* por serem mais atuais, flagrantes em seu

⁷ Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/celular-filma-ultimos-momentos-de-jovem-morto-por-pm-no-rio-veja.html>

conteúdo ofensivo e, ainda assim, com grande aceitação na população em geral, poderiam ser mais efetivas na suspensão da norma antirracista. Ademais, referimos o não balanceamento do sexo por grupo experimental como outra limitação deste trabalho. Contudo, apesar da ausência de controle do sexo, não foram observados efeitos expressivos quanto às variáveis intra-participantes.

Com efeito, destacamos que esta pesquisa colabora para o desenvolvimento das teorias sócio-normativas sobre as expressões do racismo. Ainda que nossas hipóteses referentes ao impacto do humor no racismo não tenham corroborado, acreditamos que o maior conhecimento sobre os fenômenos aqui estudados, o racismo e o humor como forma de deslegitimação, promoverá avanços no conhecimento, fomentando reflexões e atuando no modo como se lida com as diversas modalidades de discurso de ódio no cotidiano. Acreditamos que este trabalho é um passo, não o primeiro, e que não seja ele um dos poucos em algum tempo.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S. (1996). Violência e racismo: Discriminação no acesso a justiça penal. Em Schwarcz e Queiroz, R. S. *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP.
- Alexandre, V. (1999). O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Allport (1979/1954). *The nature of prejudice*. New York: Perseu Book Publishing *Anuário Brasileiro de segurança pública* (2013, Vol. 7).
- Araujo, R. B. (1994). *Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Azevedo, C. M. M. (2003). *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume.
- Bairros, F. S. et al. (2011). Racial inequalities in access to women's health care in southern Brazil. *Cad. Saúde Pública*, 27, pp. 2364-2372.
- Barros, G., S. (2008). Filtragem racial: A cor a seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2, pp. 134-155.
- Bergson, H. (1978). *O Riso: ensaio sobre o significado do cômico*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. Trad. Yara F. Vieira. São Paulo: UnB/Hucitec.
- Bargh, J. A. (1994). The four horsemen of automaticity: Awareness, intention, efficiency, and control in social cognition. In Wyer, R. S. e Srull, T. K. (Eds.), *Handbook of social cognition*. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.

- Bargh, J.A., & Chartrand, T.L. (2000). The mind in the middle: A practical guide to *priming* and automaticity research. In H.T. Reis & C.M. Judd (Eds.), *Handbook of research methods in social and personality psychology* (pp. 253-285). New York: Cambridge University Press.
- Bodenhausen, G.V., & Macrae, C.N. (1998). Stereotype activation an inhibition. In R.S. Wyer, Jr. (Ed.), *Stereotype activation and inhibition: Advances in Social Cognition* (11, pp. 1-52). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Bonilla-Silva, E. (2010). *Racism without racists – Color-blind racism & racial inequality in contemporary America*. Rowman & Littlefield Publisers, INC.
- Bradley, K. I., & Kennison, S. M. (2012). The effect of mortality salience on weapon bias. *International Journal of Intercultural Relations*, 26, 403-408.
- Branco, P. G., Mendes, G. F., & Coelho, I. M. (2008) *Curso de direito constitucional*. 3. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Recuperado em 14 de outubro de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Brauer, M., Wasel, W., & Niedenthal, P.M. (2000). Implicit and explicit components of prejudice. *Review of General Psychology*, 4, 79-101.
- Brown, J., & Langan, P. (2001). *Policing and homicide, 1976–98: justifiable homicide by police, Police officers murdered by felons*. Bureau of Justice Statistics: U.S. Department of Justice. Washington.

- Cabrera, N. L. (2014). But We're Not Laughing: White Male College Students' Racial Joking and What This Says About "Post-Racial" Discourse. *Journal of College Student Development*, 55, pp. 1-15.
- Camino, L., Da Silva, P., & Machado, A. O. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira, M. E. (Eds.), *Estereótipos, preconceito e discriminação*. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 1, pp. 13-36.
- Costa, H. (2007). Hierarquias brasileiras: A abolição das escravatura e as teorias de racismo científico. Recuperado em 9 de março, 2016. Obtido em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/hilton%20costa.pdf>
- Correll, J., Park, B., Judd, C.M., Wittenbrink, B. (2002). University of Chic The Police Officer's Dilemma: Using Ethnicity to Disambiguate Potentially Threatening Individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, pp. 1314–1329.
- Correll, J., Park, B., Judd, C., M., & Winterbrink, B. (2007). The police officer's dilemma: Using ethnicity to disambiguate potentially threatening individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, pp. 1314-1329.
- Correll, J. Urland, G. R. & Ito, T. A. (2005). Event-related potentials and the decision to shoot: The role of threat and cognitive control. *Journal of Experimental Psychology*, 42, pp. 120-128.

- Correll, J., Wittenbrink, B., Crawford, M.T., & Sadler, M.S. (2015). Stereotypic Vision: How Stereotypes Disambiguate Visual Stimuli. *Journal of Personality and Social Psychology*, 108, pp. 219–233.
- Dahia, S. L. M. (2008). A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Sociedade e Estado*, 23, pp. 697-720.
- Dahia, S. L. M. (2010). Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10, pp. 373-389.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Devine, P. (1989) Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, pp. 5-18.
- Devine, P.G. & Monteith, M.J. (1993). The role of discrepancy-associated affect in prejudice reduction. In D.M. Mackie & D.L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: interactive processes in intergroup perception* (pp. 317-344). San Diego, CA: Academic Press.
- Dovidio, J., F. (2001). On the nature of contemporary prejudice: The third wave. *Journal of Social Issues*, 7, pp. 829-849.
- Doyen, S., Klein, O., Pichon, C. L., & Cleermans, A. (2012). A Behavioral priming: It's all in the mind, but whos mind. *Plos One*, pp. 1-7.
- Duckitt, J. (1992). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, pp. 1182-1193.

- Eysenck, M. W., & Keane, M. T., (2007). *Manual de psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobstrusive measure of racial attitudes: a bona fide pipeline? *Journal of Personality e Social Psychology*. 69, pp. 1013-1027.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.
- Fernandes, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática.
- Ferreira, R. F. (2002). O Brasileiro, o Racismo Silencioso e a Emancipação do Afrodescendente. *Psicologia & Sociedade*, 14, pp. 69-86.
- Fonseca, D. J. (2012). *Você conhece aquela? : a piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro.
- França, (1789). *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Recuperado em 21 de maio de 2016, de http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-deapoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf.
- França, D. X., Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. In: M. E. O. Lima & M. E. Pereira (org.). *Estereótipos preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*, pp. 141-163, Salvador: Edufba.
- Freyre, G. (1933/1983). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism. (pp. 61-89) In J.F. Dovidio, & S.L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research*. Orlando, FL: Academic Press.

- Goldkamp, J. (1976). Minorities as victims of police shootings: interpretations of racial disproportionality and police use of deadly force. *Justice System Journal*, 2, 169 –183.
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M., Sousa, D. M. F., Santos, W. S. & Costa, J. M (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: evidências de sua validade fatorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica*, 8, pp. 87-94.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E. & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, pp. 1464-1480.
- Guevontian, R. (2004) Direitos humanos fundamentais. In: *Encontro de Direito Constitucional, 2004, XIII, Anais...* São Paulo: Instituto Pimenta Bueno, p. 112.
- Guimarães, A.S.A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Guimarães, A. S. A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, 47, 9-43.
- Hasenbalg, C.A. & Silva, N.V. (1990) Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Caderno de Pesquisa*. 73, pp. 5-12.
- Harwood, S. A., Browne Hunt, M., Mendenhall, R., & Lewis, J. A. (2010). *Racial microaggressions at the University of Illinois at Urbana–Champaign: Voices of students of color living in university housing*. Urbana, IL University of Illinois, Center on Democracy in a Multiracial Society.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An Integrative Review. *Personality and Social Psychology Review*, 10, pp. 252-264.

- Humphreys, G.W. (1990). „Priming“. In M.W. Eysenck (Ed.), *The Blackwell Dictionary of Cognitive Psychology* (pp. 281-283). Londres: Blackwell.
- Jacobs, D., & O'Brien, R. (1998). The determinants of deadly force: a structural analysis of police violence. *The American Journal of Sociology*, 103, pp. 837–862.
- Jacoby, L. (1991). A process dissociation Framework: separating automatic from intentional uses of memory. *Journal of Memory and Language*, 30, pp. 513-541.
- James, L., Klinger, D. & Vila, B. (2014). Racial and ethnic bias in decisions to shoot seen through a stronger lens: Experimental results from high-fidelity laboratory simulations. *Journal of Experimental Criminology*.
- Jones, J., M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Kahn, B. K. & Davies, P. (2010). Differentially dangerous? Phenotypic racial stereotypicality increases implicit bias among ingroup and outgroup members. *Group Processes and Intergroup Relations*, 14, pp. 569-580.
- Kalckmann, S., Santos, C., G., Batista, L., E., & Cruz, V., M. (2007). Racismo institucional: Um desafio para a equidade no SUS? *Saúde Social*, 16, pp. 146-155.
- Katz, I., & Hass, R.G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, pp. 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R.G. (1986). “Racial ambivalence, value duality, and behavior” Em J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York: Academic Press.

Kinder, D.R., & Sears, D.O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, pp. 414-431.

Lei Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 (1989). Define os crimes de preconceito de raça ou cor. Recuperado em 15 de março de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/L7716.htm.

Lei Nº 9459, de 13 de Maio de 1997 (1997). Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Recuperado em 15 de março de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/leis/l9459.htm.

Lima, M. E. O. (2002). *Normas sociais e racismo: efeitos do igualitarismo e do individualismo meritocrático na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Lima, M. E. O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C. e Vala, J. (2004). Normas sociais e preconceito: O impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 2, 309-319.

Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade (pp. 41-68) In: Lima MEO, Pereira ME (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação. Perspectivas teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA.

Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004b). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia*, 3, pp. 401-411.

- Lima, M.E.O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C., & Vala, J. (2006). Normas Sociais e Preconceito: O Impacto da Igualdade e da Competição no Preconceito Automático Contra os Negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, pp. 309-319.
- Lima, M.E.O. *Projeto Despersonalização dos negros nos serviço de saúde*. Universidade Federal de Sergipe – Brasil: 2011.
- Lopes, F. (2005) Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. 21, pp. 1595-1601.
- Lowery, B. S., Hardin, C. D. & Sinclair, S. (2001). Social influence effects on automatic racial prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 842-855.
- Luna, N. M. P. A. F. & Santos, G. F. (2014). Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio no Brasil. *Revista Direito e Liberdade da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte*, 16, pp. 227-255.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. b., & Jetten, J. (1994). Out of mind but back in sight: Stereotypes on the rebound. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, pp. 808-817.
- Maio, G.R., Olson, J.M., Allen, L., & Bernard, M.M. (2001). Addressing discrepancies between values and behavior: The motivating effect of reasons. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 37, 104-117.
- Meira, M. S. (2011). Os limites à liberdade de expressão nos discursos de incitamento ao ódio. In: *Verbo Jurídico*. Recuperado em 20 de abril de 2016. Obtido em http://www.verbojuridico.net/doutrina/2011/miguelmeira_limitesliberdadeexpressao.pdf.

- McConahay, J.B., & Hough, J.C. Jr. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, pp. 23-45.
- Mcconahay, J.B. (1986) Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale. (pp. 91-125). In J. F. Doividio & S. L. Gaetner (Orgs), *Prejudice, discrimination, and racismo*. New York: Academic.
- McConahay, J. B., Hardee, B. B. & Batts, V. (1981). Has racismo declined in America? It depends on who is asking and is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, pp. 563-579.
- Miguel, L. F. (2013). Discursos sexistas no humorismo e na publicidade. A expressão pública, seus limites e os limites dos limites. *Cadernos Pagu*, 41, pp. 95-119.
- Ministério da Saúde (2012). Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Resolução 466. 2012. Brasília: CNS.
- Minois, G. (2003). *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP.
- Mummendey, A., Otten, S., Berger, U., & Kessler, T. (2000). Positive-negative asymmetry in social discrimination: valence of evaluation and salience of categorization. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26, 1258-1270.
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Recuperado em 09 de abril de 2013. Obtido em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>.
- Narloch, L. (2009). *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya.

- Nogueira, O. (1954/1985). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In *Tanto preto quanto branco: Estudo das relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, 19, pp. 287-308.
- Nosek, B. A., Banaji, M. R., & Greenwald, A. G. (2002). Harvesting implicit group attitudes and beliefs from a demonstration website. *Group Dynamics*, 6, pp. 101-115.
- Pacheco, L. C. (2010). *Identidades: interface entre religião e negritude*. Dissertação de Mestrado não publicada – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.
- Pedersen, A., & Walker, I.A. (1997). Prejudice against Australian aborigines: old-fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, pp.561-587.
- Pereira, C., & Vala, J. (2007). Preconceito, Normas Sociais e Justificações para a discriminação de pessoas negras. In: Monteiro, M. B., Calheiros, M., Jerónimo, R., Moura, C., & Duarte, P. (Org.). *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 145-164). Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, M. E., Dantas, G. S., Alves, M., V. (2011). Estereótipos, automatismos, controle e a identificação de armas e ferramentas em diferentes contextos: resultados preliminares. In: Techio, E. M. e Lima, M. E. O. (Eds.). *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 77-105).
- Pereira, M. E. (2015, 27 de maio). Enfrentando preconceitos e estereótipos [Blog acadêmico]. Obtido em <https://estereotipos.net/>

- Pereira, J. B. B., (1996). O retorno do racismo. In Schwarcz, L. M., & Queiroz, R. S. (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 17-28). São Paulo: EDUSP.
- Pérez, R. (2013). Learning to make racism funny in the ‘color-blind’ era: Stand-up comedy students, performance strategies, and the (re)production of racist jokes in public. *Discourse & Society*, 24, pp. 478–503.
- Pettigrew, T.F., & Meertens, R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, pp. 57-75.
- Plant, E. A., Peruche, B. M., & Butz, D. A. (2005). Eliminating automatic racial bias: making race nondiagnostic for responses to criminal suspects. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 41, pp. 141–156.
- Posner, M. L., & Snyder, C. R. R. (1995). Attention and cognitive control. In: Solso, R. L. (Ed.). *Information Processing and Cognition: The Loyola Symposium* (pp. 55-85). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Propp, V. (1992). *Comichidade e Riso*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática.
- Quilan, L. (2006). New approaches to understanding racial prejudice and discrimination. *Annual Review of Sociology*, 32, pp. 299-328.
- Raskin, V. (1985). *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Company.
- Rodrigues, F. (1995). Racismo cordial. In Turra, C. e Venturi, G. (Ed.), *Racismo cordial* (pp. 11-55). São Paulo: Editora Ática.
- Rosas, M. (2003). Por uma teoria da tradução do humor. *Delta*, 19, pp. 133-161.

- Sacramento, A. N., & Nascimento, E. R. (2011). Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor/raça. *Revista da escola de enfermagem da USP*. 45, pp. 1139-1146.
- Sales Jr., R. (2006). Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 18, pp. 229-254.
- Santos, W. S., Gouveia, V. V., Navas, M. S. Pimentel, C. E. & Gusmão, E. E. S. (2006). Escala de racismo moderno: Adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo*, 11, pp. 637-645.
- Schwarcz, L. M. (1998). Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartzman, S. (2007). In *Das estatísticas de cor ao estatuto de raça*. Em P. Fry, Y. Maggie, M.C. Maio, S. Monteiro & R. V. Santos. *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, R. F. (2009). *Julgamentos sociais dos crimes de homicídio e suas variáveis impactantes: uma análise dos julgamentos no Tribunal do Júri de Aracaju de 2003 a 2007*. Dissertação de Mestrado não publicada – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil.
- Simons, D. J., (2014). The value of direct replication. *Perspectives on Psychological Science*, pp.76-80.
- Sinhoretto, J., Schlittler, M. C., & Silvestre, G. (2016). Juventude e violência policial no Município de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10, pp. 10- 35.

- Sioux. Censo Gamer Brasil 2016. Recuperado em 06 de maio de 2016. Obtido em <http://www.pesquisagamebrasil.com.br/>. Acesso 10 de maio de 2016.
- Souza, J. (2000) Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol.*, 12, pp. 69-100.
- Sue, D. W. (2010). *Microaggressions in everyday life: Race, gender, and sexual orientation*. Hoboken, NJ: Wiley
- Shérif, M. (1965). *The psychology of social norms* (2a Ed.). Nova Iorque: Octagon Books, Inc.
- Takagi, P. (1974). A garrison state in a “democratic” society. *Crime and Scholarly Justice*, 1, pp. 27–33.
- Telles, E. E. (2003). *Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática
- Vala, J. (1999). *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta Editora.
- Vieira, H. L. C. (2012). A liberdade de expressão e os discursos de humor: a democracia é bem humorada? In: *A liberdade de expressão na jurisprudência do STF*. Brasília: IDP.
- Queiroz, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- Young, J. (2001). “Identity, Community and Social Exclusion”. In: Matthew S e Pitts (Ed.) *Crime, Disorder e Community Safety*, London: Routledge.

Waiselfisz, J. J. *Mapa da violência 2012. Os novos padrões da violência*. Brasília, 2012.

Obtido em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf.

Waiselfisz, J. J. *Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília, 2014. Obtido em

http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php.

Wegner, D.M., & Bargh, J.A. (1998). Control and automaticity in social life. . In D.T.

Gilbert, S.T. Fiske e G. Lindsey (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (pp. 446-496) 4ª ed, Vol. 2, New York, McGraw-Hill.

Wieviorka, M. (2007). *O Racismo: uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Wittenbrink, B., Judd, C. M. & Park, B. (2001) Evaluative versus conceptual judgments in automatic stereotyping and prejudice. *Journal of experimental social psychology*, 37, p. 244-252.

Anexo A: Parecer do Conselho de Ética

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O papel do riso no racismo brasileiro

Pesquisador: Camilla Lima de Araujo

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 36874914.4.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.021.857

Data da Relatoria: 10/04/2015

Apresentação do Projeto:

O Projeto pretende estudar o racismo como um fenômeno social de expressão de atitude hostil em relação a uma pessoa ou grupo, presumindo qualidades negativas em função de características físicas ou fenotípicas. No Brasil uma forma específica de expressão do racismo é o riso, muitas vezes, utilizado como mediador nas suas manifestações, uma via intermediária para extravasar o racismo latente, contornando a censura e a reflexão crítica sobre o seu conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar as manifestações do racismo no contexto brasileiro expresso através do riso num contexto onde as normas de liberdade de expressão e da criminalização do racismo se fazem presentes em uma amostra de estudantes da Universidade Federal de Sergipe.

- Objetivos Secundários:
1. Investigar o riso como uma forma de transmissão do racismo contra o negro.
 2. Investigar a expressão do racismo através do grau de aceitação/tolerância de piadas racistas.
 3. Observar se há relação entre o riso a piadas racistas e o racismo
 4. Analisar atitudes raciais implícitas na amostra.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.050-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

Continuação do Parecer: 1.021.857

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa pode apresentar o risco mínimo de constrangimento aos participantes ao entrarem em contato com as piadas disponibilizadas no instrumento de pesquisa o qual será minimizado pela equipe da pesquisa.

Benefícios:

Auto conhecimento, obtenção de meios psicológicos para minimizar os conflitos desta natureza e ampliação dos conhecimentos científicos na área pesquisada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa com 100 universitários do Campus São Cristóvão da UFS, utilizando três instrumentos: Vídeo com seleção de piadas, para observar a existência e ou duração de riso e/ou sorriso, contadas por um mesmo ator, com câmera que capta expressões faciais e o tempo do riso; cujo repertório, será previamente apresentado a um grupo de juízes, para eleição das mais sutis. O segundo instrumento será o Teste de Associação Implícita (IAT), para analisar atitudes raciais implícitas associando um determinado conceito ou categoria-alvo, com uma dimensão de atributos, em cinco fases: na primeira, os participantes devem indicar se um determinado objeto ou nome pertence a uma determinada categoria; na segunda fase, devem classificar palavras em categorias de "coisas agradáveis ou desagradáveis"; na terceira, associar categoria de atributos com os alvo de discriminação, que aparece à esquerda do monitor do computador, pessoas

negras ou coisas desagradáveis, e do lado direito, pessoas brancas ou coisas desagradáveis; na quarta fase há a inversão das categorias da primeira fase, as categoriais "negros" e "brancos" aparecerão em posição contrária e na quinta fase, a associação apresentada na terceira fase será invertida. O terceiro instrumento será um questionário sobre o fenômeno do racismo no Brasil, com as variáveis demográficas dos participantes. A Escala de Racismo Moderno (McConahay, 1986; McConahay, Hardee & Batss, 1981), será utilizada, e indicará quanto o respondente concorda ou discorda do conteúdo expressado, numa escala de sete pontos, tipo Likert, com conteúdo aproximado da cultura brasileira, cobrindo aspectos indiretos do preconceito racial, como desejabilidade social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto e Orçamento devidamente apresentados.
- Cronograma com coleta de dados após aprovação do Comitê.
- TCLE de acordo com a Resolução 466-2012.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@uufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.021.857

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

ARACAJU, 14 de Abril de 2015

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@uvs.br

Página 03 de 03

Anexo B: Termo de autorização de uso de imagem

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (NPPS)**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores, Camilla Lima de Araujo sob a supervisão do Professor Marcus Eugênio Oliveira Lima, do projeto de pesquisa intitulado “O papel do humor no racismo brasileiro” a realizar as filmagens que se façam necessárias sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas imagens para fins científicos e de estudos, em favor dos pesquisadores, acima especificados, obedecendo ao que está previsto na resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde a fim de assegurar a integridade dos participantes previstas pela resolução.

Aracaju, ____ de _____ de 2015

Pesquisadora responsável pelo projeto

Ator da Pesquisa

Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (PPGPS)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a fazer parte de uma pesquisa que tem como objetivo investigar a relação entre humor e as relações sociais no Brasil.

Esta pesquisa é composta por três estudos diferentes e não relacionados: no primeiro estudo a sua tarefa consiste em assistir a um vídeo de piadas, no segundo a sua tarefa consiste em jogar um jogo de videogame e no terceiro responder a um questionário que será disponibilizado via e-mail.

A pesquisa está sendo realizada pela mestranda em Psicologia Social da UFS Camilla Lima de Araujo sob a supervisão do Professor Marcus Eugênio Oliveira Lima (quaisquer questões podem ser colocadas através de e-mail: kmilla.araujo@gmail.com).

Confidencialidade e segurança dos dados

Todos os dados coletados neste questionário são anônimos e serão guardados de forma confidencial. Os dados serão codificados de forma a que as respostas não possam ser atribuídas a nenhum indivíduo.

Todos os dados que fornecer serão apenas utilizados para os objetivos de investigação do presente estudo.

Participação e abandono do estudo

A sua participação é totalmente voluntária. Pode decidir abandonar o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Se pretender abandonar o estudo, simplesmente deixe de responder às perguntas. Se abandonar o estudo, o material que tiver completado até esse ponto será apagado e não poderá ser incluído no estudo.

Se estiver interessado em conhecer os resultados do estudo em que está a participar, contate-nos através do e-mail acima indicado e enviar-lhe-emos um resumo do estudo com os principais resultados.

Agradecemos a sua participação.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

E-mail: _____

Assinatura

Anexo D: Seleção das piadas analisadas por juízes

Piadas não racistas

Piada 1

O sujeito estava lendo tranquilamente o seu jornal, quando a mulher lhe dá com a frigideira na cabeça.

- Você está maluca? - Reagiu ele, furioso.

- Isso é pelo bilhete que eu encontrei no bolso da sua calça, com o telefone de uma tal de Marilu.

- Mas, querida... Isso foi no dia que eu fui a corrida de cavalos. Marilu foi o cavalo que eu apostei e o número era o valor total das apostas... A mulher ficou toda desconcertada e desdobrou-se em desculpas. Dias depois, ele estava novamente lendo o seu jornal e PIMBA, leva outra frigideira na cabeça.

- O que foi agora, querida? - Protestou ele.

- O seu cavalo está no telefone...

Piada 2

O psiquiatra ao cruzar o corredor do hospício, depara com um dos pacientes com a orelha colada na parede e pergunta:

- O que está havendo?

- Psiu!! Escuta só!

Curioso o médico encosta a orelha na parede, e após alguns segundos sentencia:

- Mas eu não estou ouvindo nada!

- Pois é! Já faz uma semana que está desse jeito!

Piada 3

Um garotinho folheia a bíblia da família. De repente, um objeto cai de dentro do Livro Sagrado. O menino pega o objeto e dá uma olhada nele: Trata-se de uma folha seca que estava pressionada entre as páginas.

- Mãe, olhe só o que eu achei!

- O que é, meu filho?

Maravilhado, o menino responde:

- Acho que é a cueca do Adão!

Piada 4

Uma cara comenta, numa roda:

- Imagine que esta noite eu sonhei que estava numa ilha deserta, e lá estavam: Cláudia Raia, Patrícia Pillar, Isadora Ribeiro, Cláudia Ohana... completamente peladas!

E alguém fala

- Porra, meu... que chance, que sorte, hein?
 - Sorte porra nenhuma! Eu era a Angélica, pô!
-

Piada 5

A professora diz pra classe:

- Crianças, hoje vamos falar uma frase onde apareça a palavra evidentemente. Primeiro você, Mariazinha!
- Eu fui brincar com a minha boneca, mas ela não estava no armário. Evidentemente, minha irmãzinha tinha tirado ela de lá.
- Muito bem. E você, Paulinho?
- Eu fui brincar com a minha bola de futebol e ela estava murcha. Evidentemente, ela tava sem ar dentro!
- Muito bem.

Olhou pro Joãozinho, que era o capetinha da turma, e disse:

- Sua vez, Joãozinho!

E o moleque:

- Meu pai pegou a revista Time Life e entrou no banheiro. Evidentemente, ele foi cagar, porque ele não manja porra nenhuma de inglês.
-

Piada 6

A mãe chamou o filho e disse:

- Filhinho! Amanhã eu vou fazer uma feijoada completa. Liga pro açougue e vê se tem tudo isso aqui!

A mãe deu a lista de ingredientes pro garoto, que telefonou para o açougue.

- É o açougueiro?
 - É sim...
 - O senhor tem pé de porco?
 - Tenho.
 - Tem orelha de porco?
 - Tenho.
 - Tem costela de porco?
 - Tenho.
 - Tem rabo de porco?
 - Tenho.
 - Tem focinho de porco?
 - Tenho.
 - Nossa, como o senhor é feio!
-

Piadas racistas

Piada 1

Com o apartheid na África do Sul, todos os dias a professora orientava os alunos em classe dizendo: "Os brancos sentam nas cadeiras da frente e os pretos sentam nas cadeiras de trás" E assim seguiam os anos. Com a vitória de Mandela e o fim do apartheid a professora no primeiro dia dos novos tempos diz aos alunos: "Caros alunos, estamos em novos tempos, portanto entre nós não existe mais gente branca ou negra, e para igualar vamos nos considerar todos VERDES! Portanto os verdes claros sentam na frente e os verdes escuros sentam atrás..."

Piada 2

Um menino judeu e preto chegou pra mãe e perguntou:

- Mãe !! Eu sou mais preto ou mais judeu???

Ao que a mãe não entende a pergunta... - Porque meu filho??

- Fala mãe!! Mais preto ou mais judeu??

- Sei lá, meu filho, mas... POR QUÊ???

- E que um amiguinho meu do colégio está vendendo a Bicicleta, e eu não sei se eu pechincho ou se eu roubo!!!

Piada 3

Um negão ganhou na sena e chegou logo para o cara que era mais rico da cidade e disse:

- Agora eu sou igual a você, porque tenho muito dinheiro.

O cara respondeu: - Igual nada, porque eu tenho uma mansão...

Então, o negão comprou um terreno ao lado do cara rico e construiu uma mansão do dobro do tamanho do vizinho e falou: - Agora eu sou igual a você, pois também tenho uma mansão enorme...

O cara respondeu: - Igual nada, porque eu tenho 3 carros na garagem...

O negão comprou 6 carros, chegou para o vizinho e disse: - Agora eu sou igual a você, pois também tenho um monte de carros ...

O cara respondeu: - Igual nada, agora você é melhor...

O negão encheu-se de orgulho e falou: - porque tenho mais carros?

-Não, é porque você tem um vizinho branco, e eu tenho um vizinho negro.

Piada 4

Um cara tinha uma fazenda com muitos bois. Ele achou uns diamantes num poço, ele ficou tão feliz que começou a jogar os diamantes pro alto, mas infelizmente um urubu passou e engoliu o diamante! Então ele teve um plano, ele ia matar um boi para que os urubus fossem lá e depois ele iria matar eles. Então ele matou um boi e esperou o urubu, só que veio muitos urubus, a maioria ficou voando em volta do boi morto e um ficou voando afastado. Como ele não sabia qual era que tinha engolido seu diamante ele chamou um amigo para ajudar. O amigo mandou ele atirar no que estava afastado, e não é que ele acertou?! O dono da fazenda perguntou ao amigo:

- Como você sabia que era aquele urubu que tinha engolido meu diamante?
 - Simples, preto quando ta bem de vida não se mistura.
-

Piada 5

Numa concessionária na Barra, o cliente chega e pergunta:

- Vocês têm Ômega cinza?

O vendedor pede um minuto, se vira para a garagem e grita:

- Manoel, Ômega cinza...

O Manoel responde:

- Tem três!

O vendedor então fecha o negócio. Logo depois, outro cliente chega a loja:

- Vocês têm Golf GTI prata?

O vendedor pede um minuto, se vira novamente para a garagem e grita:

- Manoel, Golf GTI prata...

O Manoel responde:

- Tem um!

O vendedor fecha outro negócio. No final do expediente, mais um cliente chega a loja...

Vocês têm Tempra preto?

O vendedor pede um minuto, se vira para a garagem e grita:

- Manoel, Tempra preto...

E o Manoel responde:

- Prá preto tem um Fusca vermelho e uma Brasília amarela!

Piada 6

(Nos ônibus, em diversos países)

Brasil:

É proibido falar com o motorista

Portugal:

Rogamos não falar com o motorista

Espanha:

É terminantemente proibido falar com o motorista

Itália:

Jamais fale com o motorista

Israel:

O que você ganha falando com o motorista?

Etiópia:

Favor não comer o motorista

Anexo E: Escala de Racismo Moderno Adaptada

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (PPGPS)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar do terceiro estudo que compõe uma pesquisa que objetiva investigar a relação entre humor e relações sociais.

Por favor, leia atentamente as instruções e perguntas. Não há respostas certas nem erradas, dado que apenas pretendemos conhecer suas opiniões. Para tanto, pedimos que indique o seu grau de concordância aos enunciados listados abaixo.

O estudo está sendo realizado pela mestranda em Psicologia Social da UFS Camilla Lima de Araujo sob a supervisão do Professor Marcus Eugênio Oliveira Lima (quaisquer questões podem ser colocadas através de e-mail: kmilla.araujo@gmail.com).

Confidencialidade e segurança dos dados

Todos os dados coletados neste questionário são anônimos e serão guardados de forma confidencial. Os dados serão codificados de forma que as respostas não possam ser atribuídas a nenhum indivíduo.

Todos os dados que fornecer serão apenas utilizados para os objetivos de investigação do presente estudo.

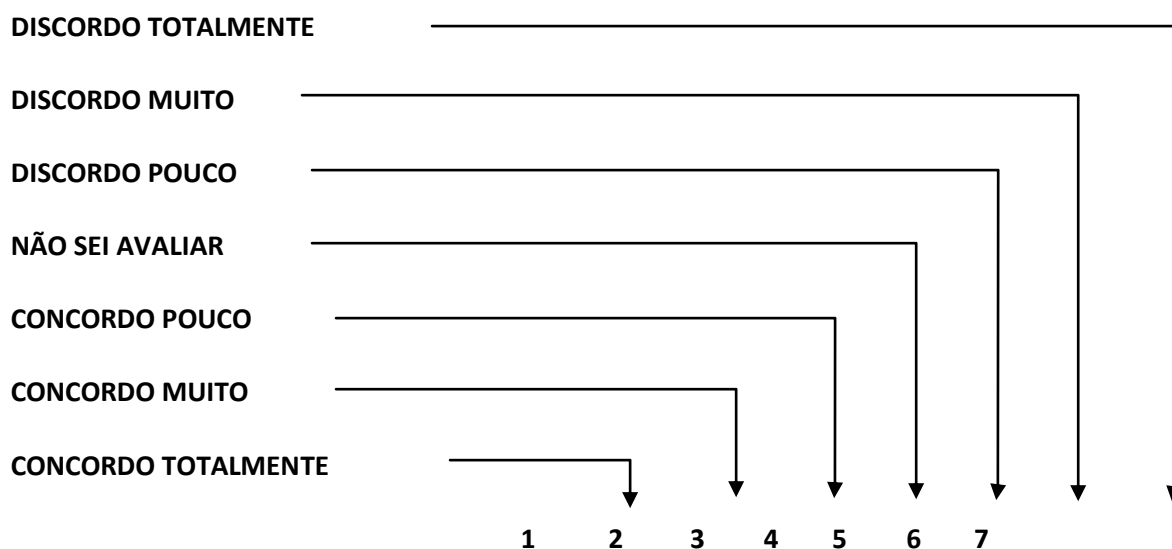
Participação e abandono do estudo

A sua participação é totalmente voluntária. Pode decidir abandonar o estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Se pretender abandonar o estudo, simplesmente deixe de responder às perguntas. Se abandonar o estudo, o material que tiver completado até esse ponto será apagado e não poderá ser incluído no estudo.

Se estiver interessado em conhecer os resultados do estudo, contate-nos através do e-mail acima indicado e enviar-lhe-emos um resumo com os principais resultados.

Agradecemos a sua participação.

Por favor, indique o seu grau de concordância aos enunciados listados abaixo, utilizando a seguinte escala:



	1	2	3	4	5	6	7
A discriminação racial não é um problema do Brasil.	()	()	()	()	()	()	()
As queixas dos negros recebem menos atenção do que as dos outros grupos.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros apresentam melhor desempenho nos esportes	()	()	()	()	()	()	()
Os negros devem superar o preconceito por esforço próprio como aconteceu com outros grupos.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros estão exageradamente descontentes com a sua situação.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros não necessitam de ajuda, apenas devem se esforçar.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros nunca estiveram tão bem quanto agora.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros possuem uma beleza diferente.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros recebem muito respeito e consideração.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros são mais habilidosos em trabalhos manuais.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros são muito exigentes em relação aos seus direitos.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros têm conseguido mais do que merecem.	()	()	()	()	()	()	()
Os negros têm demasiada influência política.	()	()	()	()	()	()	()
Parece pouco prudente dar importância às queixas dos negros.	()	()	()	()	()	()	()
Tem-se dado demasiada importância aos movimentos de protesto dos negros.	()	()	()	()	()	()	()

Dados sociodemográficos

Sexo: (☐) Masculino (☐) Feminino

Idade:

Curso:

Período: